

28

cadernos temáticos CRP SP

***Psicologia e precarização
do trabalho: subjetividade
e resistência***



Conselho Regional de **PSICOLOGIA SP**

Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região - CRP 06

28

cadernos temáticos CRP SP

***Psicologia e precarização
do trabalho: subjetividade
e resistência***

CRP 06 · São Paulo · 2019 · 1ª Edição

Caderno Temático nº 28 – Psicologia e precarização do trabalho: subjetividade e resistência

XV Plenário (2016-2019)

Diretoria

Presidenta | Luciana Stoppa dos Santos
Vice-presidenta | Larissa Gomes Ornelas Pedott
Secretária | Suely Castaldi Ortiz da Silva
Tesoureiro | Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Conselheiras/os

Aristeu Bertelli da Silva (*Afastado desde 01/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)
Beatriz Borges Brambilla
Beatriz Marques de Mattos
Bruna Lavinias Jardim Falleiros (*Afastada desde 16/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)
Clarice Pimentel Paulon (*Afastada desde 16/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)
Ed Otsuka
Edgar Rodrigues
Evelyn Sayeg (*Licenciada desde 20/10/2018 - PL 2051ª de 20/10/18*)
Ivana do Carmo Souza
Ivani Francisco de Oliveira
Magna Barboza Damasceno
Maria das Graças Mazarin de Araújo
Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri
Maria Rozineti Gonçalves
Maurício Marinho Iwai (*Licenciado desde 01/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)
Mary Ueta
Monalisa Muniz Nascimento
Regiane Aparecida Piva
Reginaldo Branco da Silva
Rodrigo Fernando Presotto
Rodrigo Toledo
Vinicius Cesca de Lima (*Licenciado desde 07/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)

Organização do caderno

Adriane Cristhine Barbosa da Silva e Beatriz Borges Brambilla

Revisão ortográfica

Andrea Vidal

Projeto gráfico e editoração

Paulo Mota | Relações Externas CRP SP

C755x Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.
Psicologia e precarização do trabalho: subjetividade e resistência. Conselho
Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP SP, 2019.
64 p.; 21x28cm. (Cadernos Temáticos CRP SP /nº 28)

ISBN: 978-85-60405-56-5

1. Psicologia Social. 2. Psicologia Organizacional. 3. Precarização do Trabalho. 4. Exploração do Trabalhador. 5. Direitos dos Trabalhadores.
I. Título

CDD 158.7

Ficha catalográfica elaborada por Marcos Toledo CRB8/8396

Cadernos Temáticos do CRP SP

Desde 2007, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo inclui, entre as ações permanentes da gestão, a publicação da série *Cadernos Temáticos do CRP SP*, visando registrar e divulgar os debates realizados no Conselho em diversos campos de atuação da Psicologia.

Essa iniciativa atende a vários objetivos. O primeiro deles é concretizar um dos princípios que orientam as ações do CRP SP, o de produzir referências para o exercício profissional de psicólogas/os; o segundo é o de identificar áreas que mereçam atenção prioritária, em função de seu reconhecimento social ou da necessidade de sua consolidação; o terceiro é o de, efetivamente, ser um espaço para que a categoria apresente suas posições e questionamentos acerca da atuação profissional, garantindo, assim, a construção coletiva de um projeto para a Psicologia que expresse a sua importância como ciência e como profissão.

Esses três objetivos articulam-se nos *Cadernos Temáticos* de maneira a apresentar resultados de diferentes iniciativas realizadas pelo CRP SP, que contaram com a experiência de pesquisadoras/es e especialistas da Psicologia para debater sobre assuntos ou temáticas variados na área. Reafirmamos o debate permanente como princípio fundamental do processo de democratização, seja para consolidar diretrizes, seja para delinear ainda mais os caminhos a serem trilhados no enfrentamento dos inúmeros desafios presentes em nossa realidade, sempre compreendendo a constituição da singularidade humana como um fenômeno complexo, multideterminado e historicamente produzido. A publicação dos *Cadernos Temáticos* é, nesse sentido, um convite à continuidade dos debates. Sua distribuição é dirigida a psicólogas/os, bem como aos diretamente envolvidos com cada temática, criando uma oportunidade para a profícua discussão, em diferentes lugares e de diversas maneiras, sobre a prática profissional da Psicologia.

Este é o 28º Caderno da série. Seu tema é: *Psicologia e precarização do trabalho: subjetividade e resistência*.

Outras temáticas e debates ainda se unirão a este conjunto, trazendo para o espaço coletivo informações, críticas e proposições sobre temas relevantes para a Psicologia e para a sociedade.

A divulgação deste material nas versões impressa e digital possibilita ampla discussão, mantendo permanentemente a reflexão sobre o compromisso social de nossa profissão, reflexão para a qual convidamos a todas/os.

XV Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo

Os Cadernos já publicados podem ser consultados em www.crp.org.br:

- 1 – Psicologia e preconceito racial
- 2 – Profissionais frente a situações de tortura
- 3 – A Psicologia promovendo o ECA
- 4 – A inserção da Psicologia na saúde suplementar
- 5 – Cidadania ativa na prática
- 5 – *Ciudadanía activa en la práctica*
- 6 – Psicologia e Educação: contribuições para a atuação profissional
- 7 – Nasf – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
- 8 – Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas
- 9 – Ensino da Psicologia no Nível Médio: impasses e alternativas
- 10 – Psicólogo Judiciário nas Questões de Família
- 11 – Psicologia e Diversidade Sexual
- 12 – Políticas de Saúde Mental e juventude nas fronteiras psi-jurídicas
- 13 – Psicologia e o Direito à Memória e à Verdade
- 14 – Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para Psicologia
- 15 – Centros de Convivência e Cooperativa
- 16 – Psicologia e Segurança Pública
- 17 – Psicologia na Assistência Social e o enfrentamento da desigualdade social
- 18 – Psicologia do Esporte: contribuições para a atuação profissional
- 19 – Psicologia e Educação: desafios da inclusão
- 20 – Psicologia Organizacional e do Trabalho
- 21 – Psicologia em emergências e desastres
- 22 – A quem interessa a “Reforma” da Previdência?: articulações entre a psicologia e os direitos das trabalhadoras e trabalhadores
- 23 – Psicologia e o resgate da memória: diálogos em construção
- 24 – A potência da psicologia obstétrica na prática interdisciplinar: uma análise crítica da realidade brasileira
- 25 – Psicologia, laicidade do estado e o enfrentamento à intolerância religiosa
- 26 – Psicologia, exercício da maternidade e proteção social
- 27 – Nossa luta cria: enfrentar as desigualdades e defender a democracia é um dever ético para a Psicologia

Sumário

07 APRESENTAÇÃO

DESREGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

09 *Ana Yara Dania Paulino Lopes*

12 *José Dari Krein*

19 *Tainã Góis*

24 *Carolina de Moura Grand*

TRABALHO SUBALTERNIZADO E SUBJETIVIDADE

28 *Patrícia Villen Meirelles Alves*

33 *Débora Laís Silva de Oliveira*

36 *Amara Moira*

42 *Debate*

ENFRENTAR A PRECARIZAÇÃO: UM DEVER ÉTICO-POLÍTICO

49 *Maria Maeno Settimi*

53 *Fernanda Lou Sans Magano*

58 *Debate*

Apresentação

Comissão de Políticas Públicas - CPP CRP SP

O CRP SP convida a todas e todos à reflexão sobre as formas de regulação e desregulamentação das relações de trabalho e as formas de produção de subjetividade. A desregulamentação das relações de trabalho, a partir da reforma trabalhista aprovada em 2017, possui implicações significativas na retirada de direitos historicamente batalhados e conquistados por trabalhadoras e trabalhadores, garantidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).


A “reforma” ou deformação trabalhista possui implicações diretas nas relações entre empregadas/os e empregadoras/es, cabendo uma negociação direta entre as partes. No entanto, há uma previsão de flexibilização da fiscalização das organizações contratantes, e, mais do que isso, ampliação das possibilidades de terceirização, ampliação da jornada de trabalho e de contratos intermitentes, parcelamento das férias, insegurança nos casos de maternidade no desenvolvimento de trabalhos insalubres, entre outras situações.

Tal conjuntura produz o que chamamos de um desgaste mental imposto às/aos trabalhadoras/es, configurando um problema complexo e multifacetado. O debate sobre a saúde de trabalhadoras/es é de fundamental importância neste cenário.

A violência no trabalho expressa-se de distintas formas, inclusive pela desregulamentação das relações de trabalho, que ocasiona

sofrimento e adoecimento psíquico. Vale considerar que são inúmeras as formas de violência e que estão cruzadas com outras opressões, como o etarismo, machismo, racismo, capacitismo e a LGBTfobia.

Na Organização Internacional do Trabalho (OIT), é adotado o conceito de violência como: “qualquer tipo de comportamento agressivo ou abusivo que possa causar um dano ou desconforto físico ou psicológico em suas vítimas, sejam essas alvos intencionais ou envolvidas de forma impessoal ou incidental”. Em 2019, a Convenção para a Eliminação da Violência e do Assédio no Mundo do Trabalho estabeleceu novo instrumento jurídico para o reconhecimento e o enfrentamento da violência e do assédio no mundo do trabalho, considerando que constituem violação ou abuso dos direitos humanos, sendo inaceitável e incompatível com a agenda do trabalho decente.

A ciência e a profissão da Psicologia, ao trabalhar diretamente com as relações de trabalho, com a organização dos processos de trabalho e com a saúde de trabalhadoras/es, deve se colocar ética e tecnicamente nesse cenário como um instrumento de resistência, não naturalizando as formas precarizadas e violentas produzidas pela desregulamentação do trabalho, considerando as implicações subjetivas e as formas de adoecimento vividas por trabalhadoras e trabalhadores. 

Desregulamentação do Trabalho no Brasil

Ana Yara Dania Paulino Lopes

Cientista social. Professora universitária. Doutoranda na FSP/USP. Trabalhou no Dieese por mais de 20 anos, nas áreas de Saúde do Trabalhador, Educação Sindical, Pesquisa e Trabalho Decente. Participa do Conselho Deliberativo do Instituto do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO).

Dentro da temática da precarização do trabalho, falarei sobre as formas tradicionais de trabalho no Brasil. Quais são essas formas tradicionais? Será que elas existem? Antes disso, é necessário conceituar o que é trabalho. O trabalho é definido como uma atividade humana concreta, é aquilo que realizamos. Mas realizamos para quê? É a produção da nossa vida, do nosso cotidiano, com todas as especificidades e singularidades de cada momento individual e histórico.

Nós sempre realizamos trabalho, por mais isolado que seja. Nós fazemos, fazemos com os outros, coletivamente e em relações e meios de produção historicamente determinados. No trabalho transformamos, sim, a natureza; também transformamos os outros e a nós mesmos. A transformação ocorre a todo momento.

Existe uma ideia que criamos de que nos realizamos no trabalho. E existem concepções de sacrifício, mérito etc. Mas, ao pensarmos pelo lado positivo, considerando o momento histórico que estamos vivendo, o trabalho pode ser, sim, prazeroso e realizador.

Não podemos esquecer que o trabalho está inserido em um sistema capitalista, que existem limites. Essa é nossa circunstância histórica e temos que trabalhar dentro dela. Por isso, o trabalho é sem-

pre realizado na contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. E ter contradição é ter abertura. Ter contradição é ter frestas. E, se o momento é cinza, temos que descobrir frestas de luz, gotas que podem nos unir e que podem ganhar força até virarem uma cascata.

A apropriação, pelos donos dos meios de produção, do mais valor – ou mais valia – produzido pelos trabalhadores sempre se refere a trabalho assalariado e capital. Essas são duas grandes categorias, mas a vida não se resume a isso. É preciso pensar o trabalho a partir de uma conceituação, pensar o que é emprego, o que é desemprego, quais as ocupações existentes etc. E, nessa linha, Boaventura de Sousa Santos fala sobre os conceitos que nos pautam e diz que ser dominado, subalterno, significa, antes de tudo, não poder definir a realidade em termos próprios.

Essa conceituação trazida por Boaventura implica entendermos que estamos em um país da segunda esfera da organização mundial, que estamos subalternos. Temos diversas classes sociais e tantos grupos sociais subalternos que não há possibilidade de explicar a realidade com os termos que temos, com os termos que gostaríamos, por causa de uma hegemonia de pensamento.

“Não há possibilidade de explicar a realidade com os termos que temos, com os termos que gostaríamos, por causa de uma hegemonia de pensamento”

“Nós temos uma ideologia que alcança todos nós e, por isso, devemos trabalhar nas frestas, com base em conceitos que reflitam seus verdadeiros interesses e aspirações”

A professora Suzanna Sochaczewski, membra do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), sempre insistia: se a sociedade é capitalista, as ideias são as da classe dominante. Nós temos uma ideologia que alcança todos nós e, por isso, devemos trabalhar nas frestas, com base em conceitos que reflitam seus verdadeiros interesses e aspirações. Os conceitos, tal como as regras do jogo, nunca são neutros e existem para consolidar os sistemas de poder, sejam estes velhos ou novos.

“Os conceitos, as determinações ideológicas, servem aos interesses do grupo social, política, econômica e culturalmente dominantes, ainda que matizados pelas modificações que lhes vão sendo introduzidas pelos grupos sociais que resistem à dominação”

A realidade é contraditória e esse é um fato que não podemos perder de vista – o motor da sociedade é a luta de classes. Então, esses conceitos nunca irão retratar exatamente nossas vivências, até porque elas são muito mais diversas, a subjetividade está posta. Os conceitos, as determinações ideológicas, servem aos interesses do grupo social, política, econômica e culturalmente dominantes, ainda que matizados pelas modificações que lhes vão sendo introduzidas pelos grupos sociais que resistem à dominação.

“Por que os outros não querem que saibamos certas coisas? Esse questionamento é vital para avaliar e agir. Se um terreno em que saibamos o que queremos não é construído, a ação não é realizada, e ela precisa ser estratégica”

Ao olhar para a realidade do mundo do trabalho, vemos um terreno de disputa, de conflito cons-

tante. E essa é uma disputa estratégica, é a luta pelo que queremos saber. Por que os outros não querem que saibamos certas coisas? Esse questionamento é vital para avaliar e agir. Se um terreno em que saibamos o que queremos não é construído, a ação não é realizada, e ela precisa ser estratégica.

Um dos conceitos do mundo de trabalho é o PIA (População em Idade Ativa). Sua conceituação é extremamente variável: em determinados lugares ela começa a partir dos 10 anos; em outros, aos 14 anos, ou aos 15, ou aos 16. Quando pensamos nos 10 anos, enxergamos o chamado trabalho infantil, mas, no Dieese, a pesquisa de emprego e desemprego considera a partir dessa idade. A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE, que traz dados oficiais do Brasil, começa a partir dos 14 anos, idade considerada uma possibilidade de entrada no mercado de trabalho, com contrato de aprendiz.

No Brasil, todo mundo pode trabalhar a partir dos 16 anos de idade. Existem empregos considerados dignos, mas também existem formas de trabalho terríveis. Muitas pessoas pensam que existem formas de trabalho que são passíveis para as adolescentes de 14 anos. “Põe a menina de 14 anos pra ser babá, pra cuidar das criancinhas no parque” – não pode, está proibido, porque é exposição ao trabalho, a uma responsabilidade que à idade dos 14 anos não convém.

A partir desse conceito, percebemos limites e possibilidades de ver mais (ou menos) a realidade. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) orienta que a entrada no mercado de trabalho se dê a partir dos 15 anos. Mas, se olharmos para as estatísticas da OIT, veremos que existem variações quanto às idades iniciais, que são possíveis por causa do que se quer ver mais ou do que se quer ver menos, de acordo com o pensamento hegemônico.

PEA (População Economicamente Ativa) é a designação da população que está empregada ou ativamente procurando emprego e a população que é considerada inativa – crianças, aposentados e aqueles que desistiram de procurar emprego. Então, são estruturados dois blocos, os ativos e os inativos. No bloco ativo, o registro oficial é de que são pessoas empregadas, que estão de licença etc., mas sempre olhando para quem se encaixa nele. E, quando se olhava apenas para esses empregados, as pessoas que não se encaixavam, como os imigrantes, não eram consideradas. Atualmente, há uma expectativa democrática para considerar outras populações e formas de emprego, mas isso durou anos.

Em encontros da OIT, por exemplo, representantes da Inglaterra e da Alemanha disseram não haver trabalho escravo ou trabalho infantil em sua sociedade. Mas como assim, não há? As pessoas se convencem disso por conta da estatística.

Em 1984, com a criação da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), começou-se a partir do princípio de que essas economias homogêneas não respondiam às estatísticas, ou seja, não olhavam para a realidade concreta. E foi somente a partir daí que começamos a construir outras categorias e formas de compreender a realidade, e a definição de trabalho também passou por algumas transformações.

“Então, para um trabalho digno, é preciso estar em uma situação de emprego, mas essa não é a realidade e é um quadro cada vez mais distante de ser alcançado”

Um dos primeiros marcos dessas transformações foi a conceituação de trabalho decente, que é de 1998. Nessa época, quem estava à frente da OIT era um chileno, ou seja, uma das grandes exceções, por não ser de um dos países europeus. Foi criada a possibilidade de se pensar em um trabalho que fosse digno, em todos os sentidos, dando importância ao sujeito e à subjetividade. Entretanto, as agendas do trabalho decente só começaram a ser colocadas em prática a partir de 2003. No Brasil, houve a participação na agenda hemisférica de Trabalho Decente nas Américas; em 2006, foi criada a Agenda Nacional de Trabalho Decente; e, em 2010, foi instaurado o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente. Neste último, o emprego foi adicionado como uma relação formal e importante de ser vista, pois implica direitos e quem não está incluso nessa equação não os tem. Então, para um trabalho digno, é preciso estar em uma situação de emprego, mas essa não é a realidade e é um quadro cada vez mais distante de ser alcançado.

“Atualmente, a partir de políticas neoliberais, o trabalho está em desregulamentação. O discurso sedutor do empreendedorismo produz trabalho precarizado”

A OIT é a organização que pesquisa o mundo do trabalho e lança categorias e reflexões que são tidas como orientações internacionais. Ao acompanhar o trabalho da OIT, é visível a contribuição do Brasil, que, apesar de todas as dificuldades de um país de “Terceiro Mundo”, consegue ter um olhar sobre a realidade e conta com um grupo de estatísticos, economistas e sociólogos muito sérios e que realizam um trabalho fundamental.

Atualmente, a partir de políticas neoliberais, o trabalho está em desregulamentação. O discurso sedutor do empreendedorismo produz trabalho precarizado. Estamos no momento do desemprego tecnológico, da destruição de postos de trabalho devido à indústria 4.0, da economia digital, da inteligência artificial, no que alguns chamam de 4a Revolução Industrial. Fala-se até mesmo de robôs colaborativos, mas se eles é que dão o ritmo, será que os robôs são colaborativos dos trabalhadores ou os trabalhadores é que são colaborativos dos robôs?

Algumas estimativas para o futuro é de que 85% das profissões que existirão em 2030 ainda não foram inventadas. Surgirão profissões com denominações bem atípicas: fabricante de partes do corpo, organizador de desordem virtual, cirurgião de aumento de memória, policial climático, fazendeiro geneticista, nanomédico, corredor de tempo, e por aí vai. Até 2021, serão eliminadas ocupações como *telemarketing*, caixa de supermercado e de loja etc.

Essas perspectivas caminham para um grande contingente de pessoas não apenas desempregadas, mas inimpregáveis. Esse movimento exige resistência e uma necessidade contínua de elaboração de novos conceitos para entender o mundo do trabalho do ponto de vista dos trabalhadores, frente aos desafios que temos no presente, sem perder os avanços já alcançados.

É preciso discutir, refletir, elaborar, não desanimar e resistir. E lembrar que política é debate, é construção conjunta, é trabalhar com democracia. Então, precisamos juntar aquelas gotinhas de água, que somos todos nós, em uma torrente. 🌊

Referências

SANTOS, B. S. Os conceitos que nos faltam. **Carta Maior**. 2018. Disponível em <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Os-conceitos-que-nos-faltam/4/41187>>.

Pesquisador do Cesit (Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho). Professor do Instituto de Economia da Unicamp. Membro da direção da ABET (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho) e da coordenação da Remir (Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista).

O capitalismo se distingue das outras formas de organização da produção porque promove o assalariamento como condição para a produção da riqueza. E o assalariamento pressupõe que parte daquilo que é produzido por quem é assalariado se transforma em salário e parte vai para a acumulação do capital. Mas o capitalismo tem outra característica que é muito expressiva: a extensão para o processo da concorrência produzir inovações tecnológicas. Aquela famosa frase do José Simão, "Quem fica parado é poste"¹, vale muito no capitalismo. Ou seja, a concorrência gera alterações sempre na forma da produção de bens e serviços e, conseqüentemente, na forma como se organiza o trabalho.

"A concorrência gera alterações sempre na forma da produção de bens e serviços e, conseqüentemente, na forma como se organiza o trabalho"

O progresso técnico é uma característica inerente à forma de organização capitalista do trabalho. O capitalismo não produz apenas progresso técnico, mas sua reprodução depende da exploração da força de trabalho, como já foi falado pela Ana Yara. Então, desse ponto de vista, os trabalhadores se organizaram historicamente para tentar contrapor os efeitos perversos da forma da orga-

"Os trabalhadores, enquanto força de contestação, começaram a perceber que, se deixassem o capitalismo solto, a superexploração do trabalho prevaleceria"

nização do capitalismo, da forma de exploração do trabalho, da extensão da jornada, dos pagamentos de salários. Além disso, se organizaram historicamente para superar o capitalismo em direção a outra organização social.

A luta do movimento dos trabalhadores fez com que, historicamente, se agregasse uma série de direitos para tentar amenizar a relação de exploração que o capitalismo produz, então, as jornadas de trabalho começaram a ser limitadas. Chegou até a haver uma convenção da OIT na qual se alegou que a jornada máxima tinha que ser de oito horas e a se estabelecer o salário mínimo e o direito a férias. Isso porque os trabalhadores, enquanto força de contestação, começaram a perceber que, se deixassem o capitalismo solto, a superexploração do trabalho prevaleceria.

Com esse movimento, foi criada a OIT, a partir de dois princípios básicos: 1) de que no capitalismo a relação de poder entre capital e trabalho é muito desigual. Quem tem a prerrogativa de escolher se vai empregar ou não não é quem está oferecendo a força de trabalho, é quem está contratando, mesmo no mercado informal. Então, é um poder muito desigual. Partindo disso, se qui-

1 "Feliz 1999! Quem fica parado é poste!", reportagem da *Folha de S.Paulo*, por José Simão, 30 de dezembro de 1998. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq30129810.htm>>.

“Se quisermos ter uma sociedade civilizada, não dá para admitir que esse poder não seja amenizado, o que pode se dar pelo reconhecimento dos sindicatos, da negociação coletiva e do sistema de proteção social”

sermos ter uma sociedade civilizada, não dá para admitir que esse poder não seja amenizado, o que pode se dar pelo reconhecimento dos sindicatos, da negociação coletiva e do sistema de proteção social; 2) no capitalismo, a força de trabalho é uma mercadoria que vai ser vendida no mercado, mas é uma mercadoria muito diferente das outras. Quando o empregador contrata um trabalhador, não está comprando esse trabalhador, porque é um trabalho livre; ele está comprando seu tempo de trabalho. Então, em nome do princípio do respeito à dignidade da pessoa humana – porque quem vende a força de trabalho é um ser humano –, sua dignidade tem que ser respeitada, sua condição de vida precisa ser respeitada.

“Então, em nome do princípio do respeito à dignidade da pessoa humana – porque quem vende a força de trabalho é um ser humano –, sua dignidade tem que ser respeitada, sua condição de vida precisa ser respeitada”

Assim, vários direitos dos trabalhadores foram introduzidos para a sociedade poder funcionar de forma decente. Por exemplo, se uma pessoa ficar doente, em termos puramente capitalistas, não vai ter renda, vai morrer. Então, a sociedade criou um mecanismo para que, se a pessoa ficar doente, haver uma forma de a sociedade pagar para que ela consiga se restabelecer, consiga se tratar; por isso, paga um auxílio-doença. Quando a pessoa fica idosa, paga a aposentadoria. Nesse processo, se a pessoa ficar desempregada, para que possa se recolocar na profissão em que se qualificou e não precise trabalhar com outras coisas, paga-se a ela o seguro-desemprego.

Então, o que chama a atenção é a construção de um processo que vai contra a lógica do capitalismo, ou seja, de regulação do trabalho na perspectiva de proteção das pessoas que precisam trabalhar pra poder sobreviver. Esse processo de construção da proteção faz com que uma série de regras sejam instituídas por meio das negociações coletivas ou pela ação do Estado, no sentido de que não é o mercado que rege pura e simplesmente, pela lei da oferta e procura, as formas de contratação ou a relação de emprego.

“Então, o que chama a atenção é a construção de um processo que vai contra a lógica do capitalismo, ou seja, de regulação do trabalho na perspectiva de proteção das pessoas que precisam trabalhar pra poder sobreviver”

É possível considerar, então, que quanto maior o nível de proteção, menos é o mercado que determina as regras que definem a lógica em relação ao capital/trabalho. Quanto maior o nível de flexibilidade, menor o nível de desproteção social. Ou seja, as pessoas estão jogadas em uma condição mais instável, vulnerável no mercado de trabalho. Quanto menos direitos, menos proteção; as pessoas estão sujeitas às regras do puro jogo de mercado. E o jogo de mercado não é um jogo entre iguais, é um jogo desigual na relação capital/trabalho.

“Quanto maior o nível de proteção, menos é o mercado que determina as regras que definem a lógica em relação ao capital/trabalho. Quanto maior o nível de flexibilidade, menor o nível de desproteção social”

Nós estamos em permanente situação de instabilidade e vulnerabilidade. Não é sem razão que as doenças do trabalho estão muito vinculadas ao estresse e à angústia a qual somos submetidos por causa da lógica da organização do trabalho do capitalismo contemporâneo.

“E o jogo de mercado não é um jogo entre iguais, é um jogo desigual na relação capital/trabalho”

No mercado de trabalho, quanto menor o nível de proteção de direitos, maiores tendem a ser as desigualdades, que estão crescendo exponencialmente. Por exemplo, no final dos anos 1960, a diferença entre um trabalhador de chão de fábrica e o diretor da empresa era de 30 vezes; na primeira década do século 21, essa diferença subiu para 296 vezes. É só assistir ao filme *O Lobo de Wall Street* ou ao documentário *Trabalhos internos* para ver o mundo no qual as pessoas do mercado financeiro começam a viver. Não existem apenas trabalhos precários; existem trabalhos bons, só que em número menor, o que gera grande competitividade.

“No mercado de trabalho, quanto menor o nível de proteção de direitos, maiores tendem a ser as desigualdades, que estão crescendo exponencialmente”

O mercado passa a ser cada vez mais polarizado entre algumas ocupações e, para que o trabalhador possa manter o emprego que tem a melhor remuneração, o maior *status*, precisa dar muito sangue, não pode ter uma jornada de apenas oito horas, nem querer descansar o fim de semana inteiro. Se não for assim, ele não conseguirá se manter no topo das ocupações com maior *status* e maior rendimento.

A compatibilização das relações de trabalho com as características do capitalismo contemporâneo gera precarização. Na lógica do capitalismo e do progresso técnico, em um certo momento, especialmente no pós-guerra, houve o avanço da presença do movimento trabalhista organizado nos países centrais e, conseqüentemente, também na constituição dos direitos. E, ao se constituírem os direitos, boa parte dos ganhos de produtividade, ou seja, a ampliação da capacidade de produção de bens com mesmas horas de trabalho, ou com menos horas de trabalho, ou usando menos mão de obra, foi repartida em favor da so-

riedade. Essa repartição deveria melhorar a condição de vida das pessoas no trabalho, reduzir a jornada, aumentar os salários, aumentar o nível de benefícios e instituir as políticas sociais.

“A compatibilização das relações de trabalho com as características do capitalismo contemporâneo gera precarização”

Até os anos 1940, não existia política de saúde universal em nenhum país. Os bens de produtividade possibilitaram a criação dos sistemas de saúde, dos sistemas universais de educação e de habitação, além de uma série de outras políticas de proteção social. Mas, depois dos anos 1970, com a virada do capitalismo sobre a hegemonia do neoliberalismo, os ganhos de produtividade não foram mais redistribuídos em favor da sociedade e dos trabalhadores.

“Os bens de produtividade possibilitaram a criação dos sistemas de saúde, dos sistemas universais de educação e de habitação, além de uma série de outras políticas de proteção social”

Em uma mudança de correlação de força, os ganhos de produtividade foram utilizados pelo capital, agora mais globalizado, para impor à população o seguinte: “Se você não se qualificar, não se insere no mercado de trabalho”. Ou seja, colocaram no indivíduo a responsabilidade por sua condição de vida na sociedade. E disseram ainda: “Se vocês quiserem competir em termos de salário, precisam reduzir como os salários da produção no Sudeste Asiático”. Por exemplo, em uma indústria de confecção em Bangladesh, o salário mensal é de 40 dólares, ou seja, o equivalente a um salário mensal nosso; com a valorização do dólar, isso significaria menos de 150 reais por mês. Quem conseguiria viver com 150 reais por mês no Brasil? Foi, então, imposta ao trabalhador

uma agenda segundo a qual os direitos devem ser retirados para reduzir o custo do trabalho e gerar competitividade. E reduzir o custo do trabalho é piorar a condição de vida das pessoas.

“Foi, então, imposta ao trabalhador uma agenda segundo a qual os direitos devem ser retirados para reduzir o custo do trabalho e gerar competitividade. E reduzir o custo do trabalho é piorar a condição de vida das pessoas”

A reforma trabalhista no Brasil vem exatamente na perspectiva de querer reduzir o custo do trabalho, colocando as pessoas em uma condição mais frágil para que elas se submetam à lógica da concorrência no mercado. É o Estado mudando a lei, mudando o marco normativo, na perspectiva de jogar os indivíduos para a concorrência, ou seja, todo mundo tem que concorrer com todo mundo, no sentido da redução de preço, e todo o ordenamento jurídico vai nesse sentido. Isso é aumentar a flexibilidade.

“A reforma trabalhista no Brasil vem exatamente na perspectiva de querer reduzir o custo do trabalho, colocando as pessoas em uma condição mais frágil para que elas se submetam à lógica da concorrência no mercado”

Ter flexibilidade é ampliar o poder do empregador para definir a relação do emprego, determinar as formas de contratação, dar o tom do trabalho. O poder é ampliado para determinar as condições que fragilizam o poder do empregado nessa relação. Como a Ana Yara disse, na sociedade brasileira nem todo mundo está empregado. Se formos criteriosos, poderemos estabelecer que 90% dos ocupados estão em uma relação de exploração e subordinação; mesmo em um trabalho autônomo, a relação tem como característica o capitalismo.

“Ter flexibilidade é ampliar o poder do empregador para definir a relação do emprego, determinar as formas de contratação, dar o tom do trabalho”

A reforma trabalhista de 2017 tem outra proposta de reforma para 2019/2020, do presidente eleito. A lógica da reforma é a busca da legalização de práticas existentes no mercado de trabalho, como a terceirização, que já vinham sendo precarizadas nos últimos tempos. Ao mesmo tempo, oferece uma nova opção, um novo cardápio para os empregadores serem capazes de ampliar o poder de definir como querem organizar e utilizar o trabalho.

Em outros países, a reforma trabalhista é defendida em momentos de crise do emprego, para ser mais fácil de fazer a proposta passar pelo Congresso. A finalidade é apresentar essa proposta à população como uma forma de salvação dos problemas do mercado de trabalho. A lógica apresentada é de que se o nível de competitividade aumenta, exerce um efeito positivo sobre a economia, gera empregos. Um ano depois da reforma aprovada no Brasil, sabemos que nenhum resultado foi verificado nesse sentido.

Os estudiosos da reforma, até mesmo os conservadores, sabem que a alegação de geração de empregos é mera publicidade, mas vendem isso para tentar fazer a proposta passar pelo Congresso. É claro que eles têm uma lógica de organização da economia da sociedade, porque quem defende a ideia da reforma defende também a economia de mercado. Ou seja, eles veem que a reforma trabalhista, assim como a reforma previdenciária, tende a gerar mais negócios, especialmente para o mercado financeiro.

“Os estudiosos da reforma, até mesmo os conservadores, sabem que a alegação de geração de empregos é mera publicidade”

A reforma trabalhista indica uma crescente precarização do mundo do trabalho e um enfraquecimento das instituições, que podem colocar limite na forma como o capital pode utilizar a for-

ça de trabalho. Os sindicatos, que já estão fragilizados no contexto da crise, são cada vez mais atacados, e as instituições públicas responsáveis pela afirmação do direito ou pela fiscalização dos direitos trabalhistas, como a Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, também são minadas. É preciso fragilizar as instituições públicas para que a reforma, da forma como foi concebida, seja viabilizada.

“A reforma trabalhista indica uma crescente precarização do mundo do trabalho e um enfraquecimento das instituições, que podem colocar limite na forma como o capital pode utilizar a força de trabalho”

A reforma trabalhista pode ser sintetizada em alguns grandes aspectos. Ela amplia as formas de contratação atípicas, o contrato intermitente, o contrato parcial; amplia as possibilidades de flexibilização da jornada; torna a remuneração cada vez mais variável; fragiliza as instituições públicas; e afeta o sistema de proteção social. Na proteção social, por um lado, as pessoas terão muito mais dificuldade de cumprir os requisitos para ter acesso aos benefícios, como seguro-desemprego e aposentadoria, por não cumprirem o tempo de contribuição; por outro, as fontes de financiamento dessas políticas serão extremamente debilitadas, especialmente as da Previdência Social. E, nesse sentido, a proposta de Reforma da Previdência será apresentada pela justificativa de queda da arrecadação dos fundos previdenciários.

A reforma, então, não trouxe nenhum resultado esperado, nem impulsionou a economia, não criou emprego, não formalizou os contratos de trabalho. As novas formas de contratação introduzidas foram totalmente inexpressivas, porque nosso sistema de relação do trabalho já é flexível, o mercado de trabalho continua extremamente precarizado e a estruturação do mercado de trabalho está em vigor desde o começo da crise de 2015, fragilizando as instituições responsáveis pela afirmação dos direitos trabalhistas.

O estudo na área de trabalho não deve ser focalizado na taxa de desemprego, mas na taxa de subutilização da força de trabalho. Ela é composta

de três índices: desocupação, subocupação e força de trabalho potencial. O número de pessoas subocupadas, as que trabalham em “bicos”, refere-se ao trabalho intermitente informal, e esse número aumentou para 500 mil após a reforma. A força de trabalho potencial é o desempregado por desalento, que desistiu de procurar emprego porque não tem expectativa de encontrar trabalho. As pessoas até procuram trabalho, mas são impossibilitadas de trabalhar: há casos, por exemplo, em que a mãe não tem com quem deixar a criança, nem acesso a creche pública, então esse número também cresceu fortemente. A taxa de desocupação, de desemprego, caiu em 0,5 percentuais, porque as duas outras formas subiram.

Se olharmos apenas para a taxa de desemprego, veremos que ela até melhorou em termos. Em novembro de 2017, quando a reforma começou a entrar em vigor, a taxa de desemprego era de 11,8% e em setembro de 2018, era de 11,9%, ou seja, ficou estável. Por causa das festas de final de ano, que geram mais contratações, a taxa caíram razoavelmente.

“Depois da reforma, a informalidade voltou a superar a formalidade no mercado de trabalho e a ilegalidade continua crescendo, levando cada vez mais pessoas a ficarem desprotegidas no mercado de trabalho”

Um dado relevante sobre a taxa de subutilização é quanto à discriminação no mercado de trabalho: entre as mulheres negras, essa taxa chega a 34%; entre as mulheres brancas, a 22%; entre os homens negros, a 25%; entre os homens brancos, a 15%. O salário, o rendimento médio, no quadro geral, é de dois mil e duzentos reais e entre os subocupados é de setecentos e quarenta e cinco reais, ou seja, não chega a um terço. É verdade que essas pessoas trabalham menos horas, mas sua situação de precariedade é muito grande.

Depois da reforma, a informalidade voltou a superar a formalidade no mercado de trabalho e a ilegalidade continua crescendo, levando cada vez mais pessoas a ficarem desprotegidas no mercado de trabalho. Por exemplo, entre as domésticas, que são fundamentalmente mulheres, o número de

peças que não têm carteira de trabalho subiu para 100 mil. O número de trabalhadores em geral, homens e mulheres, no mercado de trabalho público e no privado, subiu de 12,9 para 14,07 milhões, ou seja, cresceu o trabalho sem carteira, assim como cresceu o autônomo sem registro, sem CNPJ.

Os dados evidenciam que a reforma trabalhista, que surgiu como uma proposta de formalização e legalização, acabou por ampliar a informalidade, as inserções precárias via crescimento do trabalho por conta própria. O contrato intermitente, que é o informal “clássico”, teve um crescimento inexpressivo. O que podemos perceber é o seguinte: o que os empregadores estão fazendo no mercado de trabalho é mais do que introduzir contratos novos possibilitados pela reforma; é continuar na informalidade, porque é mais barato.

O mercado de trabalho continua sua trajetória de precarização desde a crise de 2015, invertendo uma tendência de estruturação do mercado de trabalho de 2003 até 2014. Se a opção pela ilegalidade é mais alta do que pela forma de contratação informal, se você usa o intermitente, o ilegal, sem registro de carteira, o desrespeito à lei é muito maior. E isso se refere à terceirização.

“O mercado de trabalho continua sua trajetória de precarização desde a crise de 2015, invertendo uma tendência de estruturação do mercado de trabalho de 2003 até 2014”

A terceirização continua crescendo fortemente. Dos 298 mil novos empregos assinados com carteira, registrados no CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), após a reforma, 131 mil foram terceirizados, na atividade tipicamente terceirizada, que representa 44% do total dos ocupados. Ou seja, a terceirização continuar avançando é sinônimo de precarização do trabalho, como mostram todos os estudos acadêmicos.

Os dados da remuneração variável, que também vem crescendo, são preocupantes para a sociedade. As fontes de financiamento dependem da folha de pagamento; a partir do momento em que a folha deixa de ser importante para a composição daquilo que as pessoas ganham, as políticas sociais, como a Previdência Social, são fragilizadas.

No caso do Fundo Educação, 2% de toda a folha de pagamento vai para a Educação Básica. Então, se 40%, que é o caso atual, deixa de ser o salário do bancário no caixa e o salário é só 60%, toda a possibilidade de estruturação das políticas públicas, educação e seguridade social, fundamentalmente, que são as duas mais atingidas e têm vinculação direta com a folha de pagamento, fica debilitada.

As instituições públicas que regulam o trabalho também foram atacadas na reforma trabalhista, como é o caso da Justiça do Trabalho. O número de novos processos reclamatórios trabalhistas caiu significativamente e muitas pessoas comemoraram, dizendo ser algo positivo. Eu acho extremamente negativo. Nós temos 14 milhões de pessoas sem registro em carteira e apenas 49 mil entraram com reclamação de vínculo no primeiro semestre de 2014, o que significa que a quase totalidade de desrespeito ao direito básico de ter carteira para ter acesso a direitos não cumpridos continua prevalecendo e que se estimula a prática da ilegalidade.

O motivo da queda do número de processos reclamatórios é que agora o trabalhador precisa pagar pelos custos do processo trabalhista, não existe mais gratuidade na Justiça do Trabalho. Os processos que caíram em maior número são os de alto custo, que exigem perícias, como acidentes de trabalho, doenças do trabalho, danos morais, assédio sexual e assédio moral.

A lógica da reforma trabalhista é submeter as pessoas a condições de vulnerabilidade e instabilidade para que elas se sujeitem a participar do jogo de mercado e aceitem aquilo que lhes oferecem como ocupações colocadas e, ao mesmo tempo, responsabilizá-las pela condição na qual estão inseridas. Com esse movimento, há uma desresponsabilização generalizada do Estado pelas políticas públicas, que, de fato, podem gerar emprego, alavancar a economia.

“A lógica da reforma trabalhista é submeter as pessoas a condições de vulnerabilidade e instabilidade para que elas se sujeitem a participar do jogo de mercado e aceitem aquilo que lhes oferecem como ocupações colocadas e, ao mesmo tempo, responsabilizá-las pela condição na qual estão inseridas”

Em uma sociedade como a nossa, em um país grande como o Brasil, em que o mercado interno é o motor dinâmico da economia, a lógica da reforma trabalhista é um tiro no pé, como as outras sociedades mostraram. Ou seja, da forma como essa reforma está colocada, não só precariza o trabalho, mas também prejudica a perspectiva de pensarmos em um desenvolvimento mais sustentável e duradouro e com inclusão social para a sociedade brasileira.

O problema é que nós vamos lidar, agora, com outra reforma: a da carteira verde e amarela. Esse contexto implica poder escolher, perante o empregador, se você quer um registro na carteira tradicional, com os direitos, ou um novo registro em que os direitos da CLT não valem, só valem os direitos que estão na Constituição. Nós sabemos, contudo, que essa liberdade não existe: se a oferta do empregador for apenas a carteira verde e amarela, o trabalhador não terá escolha.

Com essa nova carteira, não há acesso à aposentadoria do sistema geral, é preciso entrar na aposentadoria por capitalização, ou seja, fazer uma poupança para, no futuro, receber a aposentadoria. Isso não funcionou em nenhum país do mundo. O Chile, por exemplo, tem aposentados recebendo de 25 a 40% do salário mínimo atualmente.

Essa nova forma de contratação é uma mina de ouro para o mercado financeiro, por causa da especulação dos negócios em cima desse novo fundo de aposentadoria, que pode cobrar excessivamente pela administração. Ou seja, as coisas estão ruins e, infelizmente, podem piorar, mas temos que nos preparar para fazer esse movimento de resistência.

Apesar da tendência conservadora geral das eleições, nenhum dos deputados que se destacaram na defesa da reforma trabalhista e da reforma previdenciária recebeu os votos esperados, os relatores e protagonistas da reforma trabalhista não se reelegeram. Isso porque a sociedade sabe que a ausência de direitos atinge os mais pobres em maior grau. Então, o caminho da resistência está na defesa dos direitos sociais e nos embates que nós temos que fazer contra as reformas que foram propostas pelo Temer e as reformas propostas pelo novo presidente, porque elas vão significar uma condição de vida muito pior para a grande maioria da população brasileira. 🌐

“Com essa nova carteira, não há acesso à aposentadoria do sistema geral, é preciso entrar na aposentadoria por capitalização”

Eu sou advogada, trabalho com Direito do Trabalho e Saúde do Trabalhador. Faço atendimento a mulheres que sofreram violência no ambiente de trabalho e no mercado de trabalho em geral. Vou dissertar sobre minha pesquisa de mestrado, que está relacionada a trabalho e subjetividade, a partir de uma análise interseccional, relacionando gênero e raça com o Direito do Trabalho, nosso Direito antigo e o Direito do Trabalho atual.

“Nunca se trabalhou tanto e a categoria ‘trabalho’ foi tão desvalorizada”

Nos tempos atuais, nunca se trabalhou tanto e a categoria “trabalho” foi tão desvalorizada. No passado, antes da reforma trabalhista, muitas atividades ontologicamente entendidas como trabalho, segundo o conceito marxista, não eram entendidas como tal. Era entendido como trabalho a atividade assalariada, em que se vendia a força de trabalho, se fazia o que tinha que fazer e recebia um salário por isso. Caso a pessoa chegasse em casa à noite e ainda fosse estudar, lavar roupa e cuidar das crianças, isso não era considerado trabalho.

Antes da reforma trabalhista, nós já vivíamos nesse mundo. Então, é muito importante valorizar e fortalecer a categoria “trabalho”. Afinal, o que é trabalho? Por que passamos a maior parte do dia nos preparando para o trabalho, trabalhando, lidando com os estresses do trabalho e tentando descansar do trabalho? Se estamos desempregados, pior ainda, porque passamos o dia inteiro pensando em como conseguir um trabalho, e isso é trabalho.

“Afinal, o que é trabalho? Por que passamos a maior parte do dia nos preparando para o trabalho, trabalhando, lidando com os estresses do trabalho e tentando descansar do trabalho?”

Nós concluímos, historicamente, que, a despeito das diversas teses de fim do trabalho, o trabalho vivo não será mais importante e o trabalhador será substituído pela máquina. Na nossa experiência cotidiana, podemos concluir que, na verdade, trabalhamos muito, todos os dias e cada vez mais.

O trabalho é fundamental para organizar nossa vida. A forma como organizamos nosso trabalho socialmente é também uma forma de organizar a sociedade como um todo, porque a maior parte da nossa vida circunda em torno da nossa relação com o trabalho. Então, a regulamentação, o Direito do Trabalho, não é a mera organização do trabalho em si, mas uma organização social como um todo. Na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) de 1943, não foram estabelecidas apenas as regras do Direito do Trabalho. Foi estabelecido também que, quando se limita a jornada de trabalho, dá-se tempo para o trabalhador descansar e estar em casa.

Essas regulamentações não foram um presente de Getúlio Vargas, mas o resultado da luta dos trabalhadores organizados, que lutavam contra o capitalismo, mas no limite, no cotidiano. O Direito do Trabalho não regulamenta a produção; ele regulamenta a reprodução do trabalhador, pois,

“O Direito do Trabalho não regulamenta a produção; ele regulamenta a reprodução do trabalhador, pois, para o capital, trabalho é tudo, logo, a força vital do trabalhador é explorada”

para o capital, trabalho é tudo, logo, a força vital do trabalhador é explorada. E, regulamentar nessa lógica, é estabelecer um limite. A CLT de 1943 criou essa limitação.

Formas de trabalho como a fordista e a taylorista são extremamente mecânicas: o trabalhador faz sempre a mesma coisa e já existem diversas críticas a esse regime. Mas a proposta, aqui, é olhar para o outro lado, para o lado da constância, de quando existia estabilidade de trabalho. Antigamente, era comum trabalhadores passarem 15, 20, 25 anos trabalhando na mesma empresa. A constância no mercado de trabalho gerava uma subjetividade bem definida do trabalhador, que poderia dizer “sou educador”, “sou mecânico”, o que gerava uma certa segurança.

A sensação de insegurança, de que a qualquer momento se pode ser demitido, é, de certa maneira, nova. Antes, era importante para o modo de produção que o trabalhador soubesse fazer o trabalho dele e que ficasse naquele posto de trabalho por muito tempo. Esse modo de produção gerava, portanto, uma estabilidade social maior e a regulamentação social gerava uma estabilidade social para a regulamentação da reprodução do trabalhador. Então, existia um modelo que se coadunava com o modo de produção, de estabilidade, de coesão e de solidez. O modelo da CLT de 1943 foi, de certa maneira, ampliado e melhorado pela Constituição de 88 e pelos avanços dos direitos dos trabalhadores, pois o trabalho foi alçado à categoria de direito fundamental.

Em 1943, a valorização do trabalho era extremamente importante, porque estávamos a 50 anos da abolição da escravatura, quando trabalhar

“A CLT de 2017 faz parte de uma contrarreforma trabalhista. Nossa briga, agora, é por declarar inconstitucionalidade”

era coisa de escravo, coisa de negro desvalorizado socialmente. A CLT passou a ser melhor que carteira de identidade, pois trouxe a valorização da identidade do “trabalhador”.

A CLT de 2017 faz parte de uma contrarreforma trabalhista. Nossa briga, agora, é por declarar inconstitucionalidade, dizer que muitos dispositivos dessa CLT não estão em consonância com a Constituição, que a Constituição é superior – seguindo a regra clara do Direito, a Constituição é superior a qualquer outra lei.

Diversas críticas foram feitas a essa forma de organização social do trabalho. Dizemos que a reforma trabalhista foi negativa, mas, de fato, o mercado de trabalho se transformou, a forma de produção se transformou e, de certa forma, tornaram-se necessárias algumas medidas para reordenar a regulamentação do trabalho.

Uma das questões que são colocadas como necessárias para a reordenação é a da mulher no mercado de trabalho. A socióloga brasileira Helena Hirata discute a CLT de 1943 e pontua que a forma de regulamentar o trabalho nas décadas de 1960 e 1970, de certa forma, domesticava as mulheres.

A mulher não nasceu no ambiente doméstico fazendo tarefa doméstica, nem o homem nasceu no ambiente público realizando tarefas produtivas – essa é uma construção social. Essa forma de regulamentar o trabalho, segundo a socióloga, domesticava a mulher, porque o modelo de trabalho era o do “ganhador do pão”. Então, o homem fazia o trabalho e ganhava um salário suficiente para sua reprodução e a reprodução de sua família, porque a empresa tinha responsabilização social. Isso gerava uma certa domesticação da mulher, que passava a ser empurrada para a esfera doméstica, uma vez que alguém tinha que cuidar da reprodução humana dentro de casa.

“A mulher não nasceu no ambiente doméstico fazendo tarefa doméstica, nem o homem nasceu no ambiente público realizando tarefas produtivas – essa é uma construção social”

Outro ponto importante que evidencia a necessidade de reorganização da regulamentação

“As mulheres e os homens negros, que sempre foram excluídos do mercado de trabalho formal, continuaram fora da regulamentação social após a criação da CLT”

trabalhista é a questão racial. As mulheres e os homens negros, que sempre foram excluídos do mercado de trabalho formal, continuaram fora da regulamentação social após a criação da CLT. A herança escravocrata não foi superada até hoje, e um exemplo disso é a PEC das domésticas. Essa PEC alçou as trabalhadoras domésticas a quase todos os direitos constitucionais, mas não a todos. Elas são majoritariamente negras e denunciam um mercado de trabalho extremamente desigual cuja legislação não cobria toda a classe trabalhadora.

Entretanto, a despeito dessa situação, é importante colocar que, com a CLT de 1943, foi pensada uma forma mais estável de organização social do trabalho e se elevaram as condições gerais. Muitos trabalhadores ficaram de fora, isto é, não foram contemplados pela legislação, mas a existência de uma regra pressionava o Estado e o mercado a melhorar o cenário.

“A flexibilização é a retirada da proteção social, é a desresponsabilização da empresa pela reprodução social do trabalhador”

O principal tópico da reforma trabalhista é a flexibilização dos contratos de trabalho. Mas o que significa isso? São palavras bonitas que o neoliberalismo e a pós-modernidade criaram para dar nome a coisas que, no fundo, são bastante sombrias. Flexibilizar o contrato de trabalho não significa maior liberdade para ninguém, significa apenas que o trabalhador vai receber menos por hora trabalhada. A flexibilização é a retirada da proteção social, é a desresponsabilização da empresa pela reprodução social do trabalhador.

As linhas são borradas na hora da apresentação desse projeto “transformador” do mercado

de trabalho. As linhas desenhadas pelos direitos do trabalhador são apagadas, pois ele é jogado no mercado de trabalho para competir em condições iguais com as empresas. Há empresários de si mesmos, trabalhadores que estão individualmente no mercado de trabalho, mas exercem todas as funções que exerceria uma empresa, embora sem a defesa da legislação que as grandes empresas têm.

Alguns estudiosos do trabalho, principalmente o Ricardo Antunes, tem discutido a ideia de liofilização do trabalho. Na CLT de 1943, o empregador era responsável pela reprodução social do trabalhador e por organizar o trabalho, então, as funções eram estabelecidas: o gerente pensava, o trabalhador executava com a força de trabalho etc. Com essa nova forma de produção, a reestruturação produtiva, que é o fundamento econômico da reforma trabalhista, o trabalhador passou a ser responsável não só pelo próprio contrato de trabalho, mas também pela organização da empresa.

A pressão pela produtividade passou a vir do próprio trabalhador, não só por causa da competitividade, mas por causa da forma como se organizava. Os gestores foram retirados e os trabalhadores passaram a ser gestores de si próprios, ou, de acordo com alguns estudiosos, se tornaram déspotas de si mesmos, já que precisaram começar a se obrigar a enfrentar a pressão que vinha de fora. Subjetivamente, o trabalhador passou a ser, ao mesmo tempo, algoz e vítima.

“A pressão pela produtividade passou a vir do próprio trabalhador, não só por causa da competitividade, mas por causa da forma como se organizava”

Essa forma de legalização da precariedade, de certa forma, foi um rebaixamento geral das condições que muitas mulheres e homens negros – fazendo o recorte de gênero e raça – encontraram na organização do mercado de trabalho brasileiro. Diana Assunção, em seu livro *A precarização tem rosto de mulher*, discute como as mulheres passam a entrar no mercado de trabalho a partir da precarização geral, da terceirização, dos contratos flexíveis, em postos com menor remuneração e mais precarizados.

“De acordo com Achille Mbembe, a classe trabalhadora é composta de diversos gêneros e raças, mas os direitos trabalhistas não se estendem a todos”

Existe uma ideia de que os postos de trabalho estão aumentando, porém, os pontos que o livro de Diana Assunção destaca são o aumento dos cargos informais e o corte dos empregos com carteira assinada e direitos garantidos pela CLT. De acordo com Achille Mbembe, a classe trabalhadora é composta de diversos gêneros e raças, mas os direitos trabalhistas não se estendem a todos. A esse fenômeno o autor chamou de “devir negro do mundo”.

Até 2017, os movimentos sociais e as políticas públicas buscavam alcançar a igualdade no mercado de trabalho, a igualdade salarial, as cotas para deficientes, o fim do racismo e o fim da discriminação. No entanto, a partir da proposta de reforma trabalhista, essas lutas foram retiradas da agenda e os direitos dos trabalhadores passaram a ser pautados nos ideais da precarização.

Essa forma de flexibilização das leis trabalhistas propicia um ambiente de trabalho inseguro e instável, o que acarreta um medo social para os empregados, a perda da solidariedade entre a classe trabalhadora. Enquanto um emprego estável possibilita que haja relações interpessoais nos locais de trabalho, que haja vínculo entre os trabalhadores, um emprego informal propicia alta rotatividade nos diversos cargos, o que impede que essa afinidade aconteça.

Em uma situação hipotética, os empregadores acusam um empregado de ser o autor de um pequeno furto, porém, por ser conhecido pelos colegas, esse trabalhador é defendido por eles; já nas relações trabalhistas flexibilizadas, por causa do enorme número de pessoas que já ocuparam o mesmo cargo, ninguém defenderá esse trabalhador, até mesmo por medo de perder o emprego.

No âmbito das microrrelações dentro do ambiente de trabalho, a flexibilização causa insegurança. Porém, ao pensar no campo macro da sociedade, dado que as microrrelações estão abaladas, a reforma pode acarretar a desmotivação e a desestruturação das unidades sindicais e das tradicionais organizações de trabalho.

Além disso, por causa da grande competitividade desse novo mercado de trabalho precarizado, o medo de ser demitido é frequente nessa estrutura, e, assim, esse ambiente torna-se adoeedor e solitário, menos solidário e altamente exploratório. A reforma trabalhista, dessa forma, mexe no direito material dos trabalhadores, mas também altera o direito processual do trabalho. Ou seja, ela dificulta o modo de acesso dos trabalhadores à justiça.

“O medo de ser demitido é frequente nessa estrutura, e, assim, esse ambiente torna-se adoeedor e solitário, menos solidário e altamente exploratório”

Caso um trabalhador tenha seus direitos violados, há um princípio jurídico, *jus postulandi*, que lhe assegura o direito de ir diretamente ao fórum, acompanhado de um advogado, e denunciar as violações de seu empregador. No entanto, cabe ressaltar que esse processo não é garantido pelas vias públicas de acesso a um advogado, isto é, não existem meios gratuitos de mover processos trabalhista, a não ser pela Justiça do Trabalho.

É raro que trabalhadores denunciem as violações de seus direitos, uma vez que poderão correr o risco de perder o emprego. A Justiça do Trabalho torna-se, portanto, uma via de acesso somente para desempregados, que não possuem recursos. A reforma trabalhista dificulta o acesso a essa justiça, pois alega que há um número cada vez maior de trabalhadores que a acessam para garantir direitos que antes não tinham. Essa alegação é ilógica, já que desconsidera os processos de humilhação aos quais os trabalhadores são submetidos ao responder a um processo judicial. Além disso, desconsidera as condições materiais pelas quais estão passando esses mesmos trabalhadores (desemprego e baixa renda) e o sofrimento ocasionado pelas violações de seus direitos.

“A Justiça do Trabalho torna-se, portanto, uma via de acesso somente para desempregados, que não possuem recursos”

Com a redução do direito de entrada nos serviços da Justiça, fica mais difícil reconhecer os casos de danos extrapatrimoniais ou danos existenciais, que são exatamente os danos psicológicos ocasionados pela “panela de pressão” dos meios de trabalho flexibilizados, em geral, ansiedade e depressão.

“Em dado momento, o trabalhador não quer e não consegue mais frequentar esse ambiente destrutivo, pois o ser humano, por si só, tem pulsão de vida, a despeito do metabolismo suicida do capitalismo”

Esses transtornos psicológicos tendem a gerar no trabalhador uma incapacidade de trabalhar, além de dificuldade de ir diariamente para o ambiente de trabalho. Em dado momento, o trabalhador não quer e não consegue mais frequentar esse ambiente destrutivo, pois o ser humano, por si só, tem pulsão de vida, a despeito do metabolismo suicida do capitalismo.

Um caso clássico de adoecimento psicológico do trabalho atendido por uma advogada é o seguinte: o trabalhador chega elencando todas as violências sofridas e alegando não conseguir mais ir para o trabalho. A advogada, buscando assegurar os direitos do trabalhador, explica a ele o termo de rescisão de contrato, ou seja, assegura que le receba o que receberia se fosse demitido sem justa causa, já que ele deixou de ir para o trabalho por causa das opressões provocadas pelo ambiente.

O passo seguinte é acionar o Judiciário, que, em geral, pede a perícia médica do caso, que não é garantida gratuitamente – o trabalhador precisa pagar para que seja realizada. Há, na perícia médica judicial, uma enorme dificuldade de reconhecer casos de ansiedade e depressão, assim como as consequências desses quadros clínicos para os trabalhadores, como a incapacidade de ir para o local de trabalho.

É evidente, para os peritos, que alguém que quebra as duas pernas não pode ir para o trabalho, mas a incapacidade causada pelas doenças psicológicas não é reconhecida. Caso a perícia não confirme esse impedimento, o trabalhador é

condenado a pagar os honorários do advogado da empresa e perde o pedido de danos morais e danos extrapatrimoniais.

Por conta desses trâmites legais e, principalmente, pela existência desses honorários de sucumbência, alguns tribunais regionais já estão declarando inconstitucionalidade desse dispositivo, o que é fundamental combater. É preciso lutar contra a reforma trabalhista, porque tem que ter uma briga no Judiciário, mas também é preciso conseguir combater as novas formas de adoecimento no trabalho.

Apesar de haver, atualmente, mais ocupações intelectualizadas do que as que exigem força braçal, isso não garante menor exploração do trabalhador – ao contrário. Isso tem ocasionado o aumento dos casos de adoecimento mental relacionado ao trabalho.

Se considerarmos, portanto, que a sociedade está organizada com base na categoria “trabalho”, que aqueles que estão desempregados procuram uma forma de entrar no mercado de trabalho e que os que estão dentro desse mercado estão fadados a adoecer por causa da alta exploração, barrar o acesso à justiça para a garantia de direitos relacionados ao adoecimento psicológico é mais do que injusto, é criminoso.

Para manter as mínimas condições saudáveis da nossa sociedade, o mínimo metabolismo possível de existência nessa sociedade, é fundamental a luta contra a retirada de direitos. 🌱

Referências

- ANTUNES, R. O toyotismo, as novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 23-45, jul./dez. 2002.
- ASSUNÇÃO, D. (Org.). **A precarização tem rosto de mulher**. São Paulo: Edições Iskra, 2011.
- HIRATA, H. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, H.; SENIGNI, L. **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

Psicóloga formada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Mestre do Trabalho, Saúde e Ambiente pelo FundaCentro e com aperfeiçoamento em Saúde Mental relacionado ao trabalho pela instituição Sede Sapientes, atua como psicóloga do trabalho na Secretaria de Políticas de Saúde do Trabalhador do Sindsep-SP.

Vou falar sobre a questão da saúde dos servidores municipais. Tenho o privilégio de trabalhar no Sindsep, que é o Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo. O que eu vou falar é muito mais da minha prática, na escuta dos trabalhadores, do que um conhecimento acadêmico. Eu não estou tão inserida na academia, mas eu acho que, na prática, a gente vai ver os impactos da precarização na saúde mental dos trabalhadores.

Os servidores públicos sofrem muito. A gente já tem um longo período de uma narrativa violenta com os servidores públicos. Eu não acho que isso seja uma banalização do sentido da violência, mas é que eu acho que a gente não reconhece as violências que vivemos, e eu acho que isso é necessário.

E a nossa cultura, as narrativas que a gente tem na nossa cultura, vão falar a respeito da violência que a gente vive, de quem pode ser ou não alvo de violência, de quem a gente permite ou não que seja alvo de violência. As narrativas correntes que a gente tem tido, cada vez mais, permitem eles [servidores públicos] como alvos de violência, porque a gente já tinha a narrativa do Servidor Público como vagabundo, como uma pessoa que não trabalha, como uma pessoa que está acomodada. Eu posso dizer que, no tempo que eu estou no sindicato, eu ainda não encontrei essa narrativa na vida. Os trabalhadores que eu encontro são extremamente engajados ao trabalho e eu vou falar um pouquinho por que exatamente essas pessoas são as que mais adoecem.

A gente tem construída a narrativa do servidor público como o culpado pela destruição de tudo. Então, aposentadoria? O problema são os servidores públicos, o problema de tudo são servidores públicos. E aí se fala dos servidores públicos

como se todos estivessem no mesmo patamar. A pessoa do serviço funerário que não tem luva para mexer no cadáver e tem que usar as mãos dela para fazer uma exumação, ela é igual o juiz, nas mesmas condições... quando a gente fala de servidor público não é feita essa diferenciação.

Então, como a população olha aquele trabalhador que a atende, aquele trabalhador que está diante dela e que, muitas vezes, não é visto como um trabalhador? Quando a gente fala do servidor, a narrativa também é de que ele não é trabalhador, a narrativa é que você é servidor. Com o aumento da precarização, a gente tem a intensificação da violência que vem junto dessa narrativa, porque o servidor público é muito vítima da violência do e da violência no trabalho. Então não só a estrutura de trabalho é violenta.

Quando a gente é impedido de realizar um bom trabalho, isso causa sofrimento, afinal, a carteira de trabalho é realmente uma questão de identidade. Ser trabalhador é fator de identidade. Quando a gente se apresenta, a gente fala nome e trabalho. A gente não fala nome e "sou casada", a gente não fala nome e "sou ateiã", a gente não fala características fundamentais da nossa experiência de mundo. A gente: "meu nome é Carolina e eu sou psicóloga". O lugar que o trabalho ocupa na identidade é um lugar central, ele é base da construção de quem a gente é. E a nossa vida inteira é construída ao redor do trabalho, então, quando a gente é impedido de ser o bom trabalhador que a gente se prometeu ser e que a gente é prometido ser a vida inteira, isso causa sofrimento.

Só que no serviço público isso causa sofrimento duplo: eu não estou só ferindo a minha identidade, eu tenho um sofrimento ético. Por que? Porque eu estou ferindo o direito do outro.

A maior parte dos atendimentos que eu realizo são de assistentes sociais, o pessoal da secretaria de assistência social, que é um espaço de muita violência contra seus trabalhadores. Eu acho que não à toa é um dos espaços que mais temos terceirização dos serviços, e a saúde. Então, claro que se passa por questão de quem é filiado, quem se filia ao sindicato. Temos um número muito maior de filiados da Saúde, isso interfere obviamente no recorte de com quem eu vou ter contato, porém, eu acho que é importante pensar que são pessoas que lidam com o sofrimento humano e que, quando elas são impedidas de realizar um bom trabalho, elas não são só impedidas de realizar um trabalho, elas são impedidas de aplacar o sofrimento que elas estão tendo contato.

O sofrimento do servidor público, o sofrimento daquela pessoa cujo objetivo do trabalho não é por dinheiro no bolso de alguém aleatório que ela nunca vê, mas é o acesso a direitos da pessoa que está ali na frente dela, a estamos falando de um sofrimento diferente, e é um sofrimento duplo.

Quando a gente tem o aumento da precarização, a gente tem aumento desse sofrimento e a gente tem um aumento de vários desgastes. Às vezes, os trabalhadores que chegam até mim são aqueles trabalhadores que estão sendo demolidos pelo sofrimento elétrico, que a cobrança da quantidade de atendimentos em detrimento da qualidade de atendimentos fere eles de uma maneira terrível, é uma violação. E os trabalhadores que não chegam até a mim são os trabalhadores cuja estratégia é silenciar a consciência e a ética.

Muitas vezes a gente fala da violência que o servidor propaga, o atendimento precário, o atendimento sem empatia, o atendimento violento, e, muitas vezes, a gente não pensa que frequentemente esse trabalhador está adoecido. Ele está cindido, inclusive, a ética dele, a ética que formou ele está deixada de lado, porque senão ele não sobrevive ao próprio trabalho.

E eu acho que a gente tem que entender, e imagino que entendamos, que o adoecimento do trabalho é porque a gente precisa pra sobreviver, então, ou nosso corpo vai falar, ou nosso ser vai falar "nossa, pelo amor de Deus, você não passa mais da porta daqui, por favor". E você desce no ponto de ônibus e suas pernas não se movem, e você vomita quando você vê o uniforme dos seus colegas de trabalho... e eu não estou fazendo exageros, isso são coisas que, cotidianamente, eu escuto. Ou você vai ter a pessoa que precisa se desligar e desligar partes próprias para não ter esse outro problema. En-

tao são respostas para tornar a vida possível, e, às vezes, elas impossibilitam a vida para não ser pior.

Quando a gente pensa no aumento de terceirização, a gente pensa no aumento de violência, a gente pensa por que? Porque os trabalhadores terceirizados vão ter um sofrimento maior também, afinal, eles são submetidos à mesma questão ali dos servidores públicos sem serem servidores, tendo uma rotatividade alta. A estabilidade é fundamental para garantir um bom serviço.

Essa coisa que a gente quer destruir porque a gente acha que "ah, a gente precisa de mecanismos de avaliação do servidor porque se você não tá ali com a possibilidade de desemprego, você fica acomodado." Não, meu amor, você não fica acomodado, porque você tem uma pessoa ali na sua frente que precisa desse trabalho, você não foi parar no serviço só pela estabilidade.

A gente vai ter lugares em que isso é mais comum do que outros, mas não é muito comum que, por exemplo, a auxiliar, a técnica de enfermagem, enfermeira, foi parar ali no serviço público porque ela virou e falou "cara, sabe o que eu quero? Eu vou ficar rica, eu vou para saúde pública". Porque se esse é o plano, ele é um plano insano. Eu tenho a má notícia de que não vai funcionar, desculpa, é triste, mas... Então, geralmente, você vai parar lá por um valor do cuidado e do cuidado com o outro. Do cuidado com o outro em situação de vulnerabilidade enorme, e é isso que te move para trabalhar. Eu tenho aqui uma ex-colega de trabalho queridíssima que fez um trabalho muito bonito com agentes de endemias. E aí você tem trabalhadores nível básico, então não é um salário magnífico.

A gente vai conversando sobre um trabalho sem sentido, sobre um trabalho precarizado, sobre um trabalho abandonado. Pensa na pessoa com coletinho que vai na sua casa falar de dengue, essa pessoa faz muito mais do que só isso, mas esse trabalho é fundamental, esse trabalho é central... E aí esse trabalhador, quando a gente conversa, quando eles contam sobre trabalho, a gente vê que o momento em que aquele trabalho é importante é o momento em que aquele trabalho é instrumento de transformação. Então eles falam "eu fui na casa de uma pessoa acumuladora e eu limpei aquela casa e isso é maravilhoso", e eles falam com orgulho e aquilo é o que faz sentido levantar da cama para trabalhar, não é o salário.

No serviço público, muitas pessoas não trabalham pelo salário, não que ele não seja um elemento, afinal, a gente só pode trabalhar pelo salário na so-

cidade capitalista, mas é porque aquele trabalho tem sentido, aquele trabalho é instrumento de transformação do mundo e instrumento de reduzir o sofrimento do outro, de tornar uma sociedade mais justa, de tornar uma sociedade menos violenta. Porque a gente precisa reconhecer que o não acesso a direitos é uma violência, então a gente permanece. Eu admiro essas pessoas acordarem todos os dias e viverem suas vidas, pelo nível de violência que elas enfrentam. Você não para no serviço e vem o discurso de que você para lá pela estabilidade, para você poder sentar lá e se acomodar, por o casaco na cadeira e ir embora.

Então, voltando ao ponto, a gente vai ter esse aumento dessa violência do trabalho, a gente vai ter o aumento do sofrimento ético entre esses trabalhadores. Com a terceirização, a continuidade do trabalho vai ser interrompida, então você está ali supervisionando um serviço e você tem um contato com uma pessoa e, de repente, 6 meses depois você está tendo que reconstruir todo o contato com outra pessoa, e depois com outra pessoa, e depois com outra... Começa a parecer não fazer muito sentido construir aquele trabalho.

Os trabalhadores do serviço público que ocupam um espaço de fiscalizar as parcerias público-privadas sofrem muita violência. Porque você está em um lugar de examinar uma contradição que você não tem controle para combater. Você está ali mexendo com interesses que, muitas vezes, você não tem o poder de interferir em cima. Por exemplo, quando você é uma assistente social que vê que a entidade está falando que dá almoço e, na verdade, o almoço é bolacha de água e sal, e você vai falar "isso aqui está violando" e a entidade é multada, a entidade vai lá, liga para o secretário, porque todo mundo é *brother*, não você, não o trabalhador da ponta, não quem está ali se ferrando, mas quem está lá em cima é tudo *brother*, né. De repente, você no dia seguinte olha o Diário Oficial e você está em outra unidade! Bom dia, você não trabalha mais na unidade com os seus colegas, você foi embora porque você fez seu trabalho. Então você também é punido por trabalhar no serviço público, frequentemente.

E além da violência do trabalho que aumenta, essas violências que são da estrutura, a da população atendida vai aumentar, porque quando a gente aposenta metade das pessoas que ficam na recepção, a fila vai ser maior. E, quando a gente não tem mais recursos, o atendimento vai ser pior. E quem vai tomar o soco na cara, quem cortou os recursos ou quem tá ali se desdobrando, trazendo papel higiênico de casa, para que o serviço seja possível?

Essa violência vai aumentar, as relações também pioram, porque o coitado do serviço público, e do trabalhador do serviço público, que sofre com a narrativa de que ele é um vagabundo e ele não trabalha, ele sabe que ele trabalha, e aí você vai ficar obsessivamente pensando "quem é o culpado da desgraça que eu tô sofrendo? Tem que ter um culpado, porque não é possível que essa narrativa tenha vindo do nada. E a gente vê que ela tem um objetivo, essas narrativas não surgem sem interesse.

A gente também tem que entender o que esse não trabalhar significa, afinal, é isso, trabalho é fonte de sentido de vida. Esse servidor, o colega dele tira licença médica, aí você já abre o Facebook, ele já vai olhar foto sorrindo, "depressão coisa nenhuma, essa pessoa tá aí sorrindo na foto". Eu brinco com os servidores que alguém vira "ai, eu tô chorando, vou tirar uma *selfie* para pôr no Instagram". Não é uma coisa típica nossa, as redes sociais não têm esse objetivo, eu não acho que elas sejam as responsáveis pela curadoria da nossa vida, eu acho que a socialização é responsável pela curadoria da nossa vida, a cultura de que você não pode ter triste. Mas, você já olha ali, então você achou o culpado! Quem é o culpado na narrativa de que você é vagabundo, que faz com que você leve o tapa na cara do munícipe? Ali, teu colega tirando licença médica, obviamente, você não sabe que ele não tomou banho aquela semana de tanto que ele estava demolido, mas você olha ali, o que você vê? Foto sorrindo, porque não importa, a precarização vai reduzir a solidariedade, e reduz cada vez mais, porque o colega do lado é o responsável por aquilo que eu sofro. Algum culpado tem que ter, e, se tem, quem é? É você que está aqui do meu lado, com certeza. E aí, me solidarizar com o sofrimento do outro vai ser tornar uma coisa cada vez menos, né, porque eu não vou olhar o teu sofrimento, e, mesmo porque, eu tô sofrendo tanto que eu só consigo ver o meu, eu nem consigo olhar para o lado.

A gente recebe trabalhadores que dá quase vontade de perguntar "como é que você tá de pé? Como? O que que aconteceu?". E às vezes é uma pessoa da família, é um filho, é o amor da minha vida, então eu chego em casa e me sinto melhor, mas às vezes é realmente a luta. A luta sustenta. A luta nos derruba um pouco também, mas ela nos sustenta.

Eu acho que a gente tem que estar alerta para um cenário que vai piorar muito, porque a gente teve o congelamento dos gastos. As condições de trabalho que já são precárias, um trabalho que já é impedido e que já causa sofrimento já vai trazer mais. Você já trazia o papel higiênico de casa,

a folha para impressora, as canetas, às vezes, até cadeira. A gente chega e tem uma cadeira, porque as outras não dá pra sentar. Você já tem uma condição de trabalho extremamente precária, ou então você tem que sair no tapa disputando o carro porque você precisa chegar nos lugares. O sofrimento da população também vai aumentar, porque esse trabalhador que não está tendo acesso a um trabalho digno, ele vai estar mais vulnerável, ele vai precisar mais do serviço público, e ele vai precisar mais de um serviço público cada vez menos capaz de atendê-lo né, cada vez mais terceirizado.

E uma coisa que - de novo a questão da narrativa - a respeito do servidor, quando a gente tem a terceirização de serviço, que a gente tem a gestão mista, a coisa mais comum que acontece é chegar a pessoa que vem do serviço privado já falando "agora a mamata vai acabar". E a gente fica pensando onde está esse período magnífico da mamata, que sempre vai acabar, mas nunca começou pra começo de conversa.

Eu não digo que não aconteçam coisas erradas no serviço público, mas quem está na ponta não é quem está fazendo elas. Quem está ali atendendo é quem está tomando porrada por elas, igualzinho a você, então, o munícipe e o trabalhador têm mais em comum do que eles poderiam imaginar, mas, cada vez mais, vão se vendo como inimigos, porque o servidor também vai ficando com medo da população, vai ficando com receio da população, porque as relações entre eles estão cada vez mais tensas.

Obviamente, isso adocece, já que estamos falando de saúde mental e adoecimento. A gente olha a licença médica como se fosse férias e descanso, e não direito de cuidar da própria saúde destruída frequentemente pelo trabalho. O número [de licenças] é exorbitante, é doido, é muita gente. Você olha o número de servidores e o número de licenças e o número de licenças é maior. São licenças que não são reconhecidas como adoecimentos do trabalho.

O problema é que os dados que a gente tem do adoecimento dos servidores é tipo de 2012, que foi a última vez que o órgão que monitora essa saúde lançou esses dados. Mais de um quarto dos adoecimentos são por saúde mental. As categorias que mais adoecem por saúde mental são a guarda civil e a educação, com a saúde ali logo atrás.

A gente está em um cenário que já é muito ruim e tende a piorar. O que não significa que a gente não resista, não significa que não permane-

çamos brigando por isso, porque estando dentro de um sindicato eu vejo realmente a luta para ir na direção contrária, mas ela está ficando cada vez mais difícil porque cada vez sindicato vai significando menos. Ele vai se tornando cada vez mais necessário, porque a gente vai tendo cada vez mais violação de direitos, mas ele vai se tornando cada vez mais abandonado. Pelos trabalhadores, que vão cada vez menos se identificar com o espaço de luta pelo trabalho porque as narrativas que a gente tem sobre o sindicato. Eu adoro quando eu estou em algum ambiente que não é majoritariamente de esquerda e alguém pergunta onde eu trabalho. Aí a pessoa já vem com as quatro pedras na mão. E quando você vai conversar, a pessoa não faz ideia do que é um sindicato. A gente tem essa fragilização desse vínculo, porque isso tem a ver com a fragilização da solidariedade, com a quebra dos vínculos de solidariedade. Então vai ficando cada vez mais difícil, mas a gente se mantém lutando, a gente precisa lutar cada vez mais com cada vez menos.

Eu acho que, em linhas gerais, eu falei o que eu precisava falar, de que a gente tem um cenário difícil e é um cenário que tende a piorar. De que a precarização do trabalho, ela afeta o serviço público diferente. Que o sofrimento do servidor público passa por uma outra experiência de trabalho, passa por um trabalho que tem outro sentido, o sentido que eu acho que, inclusive, talvez devesse ser o sentido do trabalho de fato, que é a transformação que ele é capaz de causar, que ele traz. E a gente vai ter um crescimento do adoecimento mental, depressão, ansiedade, estresse pós-traumático, com o crescimento das violências. Violências essas que, muitas vezes, vão ser invisíveis.

É muito difícil quando a violência no trabalho é invisível. Porque o que a gente mais recebe é: "eu tô sofrendo assédio moral", mas não se encaixa na caracterização de assédio moral, porque não tem uma pessoa ali, é a instituição que está te violentando; a violência está ali nas paredes daquele lugar, a violência está em você não ter a agulha para fazer o exame do bebê nascido prematuro, você não tem como apontar e falar "ali olha, aquela agulha ali que me assediou, foi esse corte de gastos aqui que me assediou"... é invisível. E quando a gente não consegue enxergar a violência que a gente está sofrendo, quando a gente não tem alguém para ir lá e falar "você", ou a gente arranja, ou a gente fica ainda mais louco, porque nem da onde está vindo o tapa eu consigo dizer. Então como é que eu vou enfrentar isso? Obrigada, gente, pela oportunidade. 🙏

Trabalho subalternizado e subjetividade

Patrícia Villen Meirelles Alves

Socióloga, com Doutorado e Pós-Doutorado no Departamento de Sociologia(Unicamp). Faz pesquisas sobre as migrações internacionais no Brasil Contemporâneo e o trabalho migrante. Publicou o livro (In)visíveis globais: imigração e trabalho no Brasil, Editora Alameda, 2018.

Na temática de trabalho e subjetividade, trarei a perspectiva do trabalho migrante e das principais tendências que essa forma de trabalho enfrenta hoje, para que possamos pensar em como falar da subjetividade do migrante, do refugiado, enfim, do deslocado.

“Na sociedade capitalista, a relação entre trabalho e imigração é umbilical e diz respeito ao grupo social que se desloca para buscar uma recomposição das condições de vida, e isso acontece pelo trabalho”

Abdelmalek Sayad, que é um clássico da sociologia da imigração, diz que “trabalho” e “imigração” são praticamente pleonasmos. Ou seja, na sociedade capitalista, a relação entre trabalho e imigração é umbilical e diz respeito ao grupo social que se desloca para buscar uma recomposição das condições de vida, e isso acontece pelo trabalho. É por isso que quem mais se desloca, se analisarmos do ponto de vista sociológico, é a classe trabalhadora – é quem teve a vida desestruturada e busca uma recomposição de suas condições de vida, que só pode acontecer porque essa é uma classe proletária, destituída, expropriada. Ela só pode acontecer pelo trabalho.

Então, é também por isso que, se vocês perguntarem aos migrantes e refugiados do que que mais precisam, eles vão responder que pre-

cisam primeiramente de trabalho. A segunda resposta, geralmente, é documentação; a terceira é voltar para casa.

É importante lembrar que o trabalho não esgota todas as discussões, nem resolve tudo na vida do migrante. Há muitas questões implicadas na imigração: de ordem cultural, linguística, política, jurídica. Além disso, outros fatores estão envolvidos, como o tipo de moradia que esse migrante vai encontrar, a educação, o tipo de acesso à educação que ele tem, que são muito importantes para compreender a subjetividade desse migrante.

“É importante lembrar que o trabalho não esgota todas as discussões, nem resolve tudo na vida do migrante”

Para entender que classe trabalhadora em deslocamento é essa, voltemos ao conceito do professor Ricardo Antunes, da “classe-que-vive-do-trabalho”. Ele nos lembra que essa classe hoje é muito ampla, muito compósita, tem muitas clivagens, é multifacetada, e a classe trabalhadora em deslocamento também carrega essas características. E, se a classe que vive do trabalho é a maior de toda a história do capitalismo, a classe em deslocamento também é a maior da história, no sentido de que o volume de pessoas que se deslocam só aumentou nas décadas neoliberais e se avolumam ainda mais no contexto de crise econômica mundial, que explodiu em 2007 e se perpetua até hoje.

“Essa classe hoje é muito ampla, muito compósita, tem muitas clivagens, é multifacetada, e a classe trabalhadora em deslocamento também carrega essas características”

O trabalho imigrante também tem essas características e nós temos diferentes perfis, que variam desde um trabalhador com alta qualificação que está no mercado de trabalho e possui o mais alto grau de internacionalização e se desloca até as faces mais visíveis do trabalho, do ponto de vista das estatísticas dos Estados e da própria linguagem do Estado para explicar essa imigração.

O deslocamento desses trabalhadores, no passado, estava ligado diretamente aos fatores de industrialização e urbanização, à migração campo-cidade. Hoje, os mesmos fatores de expulsão são muito mais complexos, brutais e ativos. Saskia Sassen mostra que esses deslocamentos são provocados por diversos fatores, sobretudo, pelo aumento das desigualdades interna e entre Estados-nações, pelas catástrofes ecológicas que produzem a desertificação de algumas áreas e o alagamento de outras, pela expansão das fronteiras agrícolas e pelo mercado global de terras, que expulsa também os camponeses. Além disso, há guerras, conflitos e, sobretudo, o aumento exponencial do desemprego e também das formas de trabalho flexíveis, porque muitos desses imigrantes saem de seus lugares de origem para buscar estabilidade, para ter uma perspectiva mínima de ter um plano para estruturar a vida fora desses contratos flexíveis.

“E esse é um quadro que vai acontecer cada vez mais no Brasil – sobretudo os jovens escolarizados, diplomados, serão expulsos do país”

No contexto da crise global, quando no Brasil ocorria um aquecimento do mercado de trabalho, chegaram italianos e portugueses que estavam desempregados em seus países ou tinham formas de trabalho flexíveis e buscaram no Brasil uma es-

tabilidade, ou seja, eles fugiram da flexibilidade. E esse é um quadro que vai acontecer cada vez mais no Brasil – sobretudo os jovens escolarizados, diplomados, serão expulsos do país. A imigração tende a aumentar cada vez mais e a drenar essa força ativa, jovem, qualificada, o que é uma perda, um subdesenvolvimento para nosso país.

“Existem a imigração econômica, o refúgio, os deslocamentos internos forçados, o estudo, as pessoas que se deslocam para estudar e depois ficam no país para trabalhar, o casamento, o refúgio ambiental”

Trata-se de um quadro bastante complexo formado por esses fatores de expulsão para pensar em imigração, pois são diferentes modalidades. Existem a imigração econômica, o refúgio, os deslocamentos internos forçados, o estudo, as pessoas que se deslocam para estudar e depois ficam no país para trabalhar, o casamento, o refúgio ambiental. Em algumas dessas modalidades, a busca pelo trabalho é mais evidente, mais direta e em outras, mais indireta, mas isso não quer dizer que ela não exista. Se considerarmos o deslocamento a partir da busca do trabalho, também teremos diferentes perfis, seja o do trabalhador altamente qualificado, seja o do trabalhador que pode ser qualificado, mas será inserido em postos mais precarizados, realizando um trabalho mais pesado, mais insalubre, com um regime mais despótico, com os piores horários, as piores jornadas, sendo menos remunerados e tendo menos direitos.

“Em regra, o trabalho imigrante vai se inserir nos postos dos quais os nacionais, se pudessem, ficariam muito longe”

Pietro Basso, um sociólogo italiano muito importante para o entendimento desse quadro migratório, chama o trabalho imigrante de “protótipo da força de trabalho flexível”, ou seja, em regra, o trabalho imigrante vai se inserir nos postos dos quais os nacionais, se pudessem, ficariam muito longe.

Uma questão crucial que precisamos entender é que esses movimentos migratórios não estão separados do trabalho. Um refugiado não gosta de ser chamado de refugiado; ele gosta de se lembrar que é um artista, que é um cozinheiro, um dentista. Esse refugiado também precisa trabalhar, assim como o estudante que migra para estudar e que não tem, por exemplo, possibilidade de conseguir o apoio dos pais e precisa trabalhar. São modalidades que, seja direta, seja indiretamente, estão relacionadas com o trabalho. Isso quer dizer que esse trabalho é uma possibilidade, para esse imigrante ou refugiado, recomeçar a vida em outro lugar. É quase um recomeço do zero. É claro que não é um zero absoluto, pois é preciso considerar a cultura, a história e a experiência que esse imigrante, esse refugiado traz consigo. Mas a verdade é que essa expressão é bastante ilustrativa do que é a condição do imigrante, que é a de ter que realmente escrever sua vida, recomeçar longe de seu país ou lugar de origem.

“É preciso considerar a cultura, a história e a experiência que esse imigrante, esse refugiado traz consigo”

Então, aprofundando a discussão, o que seria esse trabalho imigrante e quais são suas principais tendências? A primeira coisa que devemos lembrar é que esse imigrante é alguém que está deslocado e que, na maioria das vezes, esse deslocamento é muito problemático. Um imigrante geralmente é arrancado de seu local de origem, e é por isso que, antes de ele deixar seu país, sua família, deixar seu local de origem, essa “escolha”, não é livre – ao contrário, ela é condicionada por vários fatores, principalmente de ordem econômica, mas também cultural, ideológica e subjetiva.

“É por isso que, antes de ele deixar seu país, sua família, deixar seu local de origem, essa ‘escolha’, não é livre – ao contrário, ela é condicionada por vários fatores”

Além disso, existem as expectativas e as ilusões do imigrante, que Sayad conceitua como a “obsessão de imigrar”, do pensar 24 horas, de forma idealizada, naquele local para onde vai migrar. Então, essa “escolha” também não é fácil, porque a logística para migrar sempre foi muito difícil e, hoje, ela está pior por causa das leis de imigração cada vez mais rígidas, restritivas e seletivas.

“Temos casos de trabalhos análogos à escravidão e também tráfico de pessoas, que é uma questão muito traumática que está umbilicalmente ligada a esses deslocamentos”

Outra questão é a dificuldade de ter um capital para migrar atualmente. Famílias inteiras costumam apostar em um membro para migrar e, depois, enviar remessas de dinheiro. A qualidade do emprego desse imigrante é um tópico central: temos casos de trabalhos análogos à escravidão e também tráfico de pessoas, que é uma questão muito traumática que está umbilicalmente ligada a esses deslocamentos.

O funcionamento flexível do mercado de trabalho, condicionado por uma volatilidade do capital, essas leis, geralmente impõem uma temporalidade para esse imigrante ficar no outro país. Essa temporalidade é imposta porque o ideal, para esses Estados, é importar o imigrante como um trabalhador/hóspede, que chega, responde a uma demanda imediata e, ao final dessa demanda, é expulso. É o que se chama, hoje, de *circular migration*.

Esse tipo de migração ocorre, principalmente, no caso dos trabalhadores agrícolas e nas embarcações de petróleo aqui no Brasil. É o caso dos trabalhadores filipinos e também dos médicos cubanos, que, estão indo embora do país por estarem à mercê dos caprichos dos Estados e, sobretudo, dos governos. Então, a temporalidade, além de ser jurídica, também é subjetiva para esse migrante. Sayad explica que o imigrante sempre tem a ideia do retorno e, de alguma forma, justifica sua situação provisória, que se transforma em uma eterna provisoriade, mas não é garantia que seu corpo ou sua psique permitirão isso.

“Sayad explica que o imigrante sempre tem a ideia do retorno e, de alguma forma, justifica sua situação provisória, que se transforma em uma eterna provisoriedade”

Hoje, por causa das leis de imigração restritivas, muitas pessoas vivem em uma situação indocumentada. A indocumentação não é sinônimo de informalidade, por trazer uma sobrecarga extra de pressão objetiva e pressão subjetiva: teoricamente, você o trabalhador está cometendo um crime e isso o expõe às chantagens do empregador, e também em sua vida social. Aluguéis altos ou a situação dos coiotes, por exemplo, são parte de uma cadeia de exploração em cima da ilegalidade.

O trabalho imigrante é estrutural na nossa sociedade, e é fundamental considerar também a produção dessa ilegalidade, a fim de entender essa subjetividade indocumentada: não é uma pessoa jurídica sem direitos, mas é, por assim dizer, um criminoso por estar sem documentos. Há que se considerar, também, a posição das mulheres nesses deslocamentos. Quase a metade desses deslocamentos de trabalhadores é de mulheres, que deixaram de migrar na condição de dependência de um homem e passaram, muitas vezes, a migrar sozinhas, para sustentar a família em seu país de origem.

“O trabalho imigrante é estrutural na nossa sociedade, e é fundamental considerar também a produção dessa ilegalidade, a fim de entender essa subjetividade indocumentada”

Desses novos deslocamentos emergem discussões acerca das famílias transnacionais, do modo de criação dos filhos à distância e do sofrimento que isso acarreta, mas também do protagonismo dessas mulheres diante da condução e do sustento da família, bem como da oportunidade de planejar outros destinos para seus filhos.

“Não é mais comum que esses imigrantes sejam os brancos europeus, que eram considerados uma cultura, uma ética, uma fé religiosa superior”

Outras questões acerca desses deslocamentos que merecem destaque são a da língua, a da cultura e a da fé religiosa desses imigrantes, principalmente ao reconhecer que a maioria dos refugiados imigrantes provém do Sul global, dos países periféricos. Não é mais comum que esses imigrantes sejam os brancos europeus, que eram considerados uma cultura, uma ética, uma fé religiosa superior. Os novos imigrantes, em geral, têm sua cultura e sua fé religiosa negadas, o que é uma das formas mais violentas de destruir sua identidade. É preciso considerar que o Brasil é um dos países que mais recebem esses imigrantes e refugiados do Sul global e precisa pensar formas melhores de recebê-los.

Além disso, vale destacar que a situação desses refugiados é a de sair de um país que possui uma sociedade periférica e ir para outro país que possui uma sociedade semelhante, ou seja, eles vão enfrentar novamente os problemas de organização societária. É preciso entender, portanto, que essas pessoas são periféricas na periferia, ou seja, principalmente quando estão em uma grande metrópole, os problemas estruturais, como moradia, transporte, educação e a qualidade do trabalho, também refletirão na vida delas, se recolocarão para elas.

“Existe um potencial enorme, como a força para enfrentar um recomeço, que, em geral, se transforma em diferentes formas de resistência”

É importante destacar que, apesar de atualmente haver muitas barreiras e dificuldades na vida desses imigrantes, também existe um potencial enorme, como a força para enfrentar um recomeço, que, em geral, se transforma em diferentes formas de resistência. Há, também, a forma transnacional que se coloca nas relações, de aceitar e conviver com as diferenças, de agregar conhecimentos e também de se solidarizar com o outro.

A solidariedade vai além das diferenças culturais, nacionais, linguísticas, auxiliando na reflexão acerca da condição humana. Considerando as lutas dos trabalhadores, é importante destacar a necessidade de pensar nessa classe global. Os imigrantes internacionais são o sintoma disso, simbolizam isso.

Com a ascensão dos partidos de extrema-direita no mundo, existe uma dificuldade em pensar uma luta internacional. Esse conceito torna-se abstrato diante de partidos que disseminam ideais nacionalistas e que, de acordo com Pietro Basso, buscam criar antagonismos de classe, gerar bodes expiatórios em momentos de crise.

Essa é uma arma desses governos, e o imigrante é um alvo muito visado para esse lugar expiatório. Por outro lado, é necessário entender que há um potencial da presença dessas pessoas enquanto atores da construção de uma luta global e internacional que vise acabar com esses governos. Explicitar isso para os trabalhadores brasileiros é essencial para a luta pela emancipação desses imigrantes e para derrotar essa força que se coloca como tendência. 🌍

“A solidariedade vai além das diferenças culturais, nacionais, linguísticas, auxiliando na reflexão acerca da condição humana”

Referências

ANTUNES, R. **O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho**. Trabalho, Educação e Saúde, 1(2): 229-237. Rio de Janeiro, 2003.

BASSO, P. Ascesa del razzismo nella crisi globale. In: BASSO, P. (Org.). **Razzismo di Stato**. Milano: Franco Angeli, 2010.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. 1.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia, nas linhas de atuação em Psicologia Escolar e Psicologia Social e do Trabalho. Mestra em Psicologia Social na PUC-SP, com pesquisa em identidade e trabalho doméstico. É integrante do Núcleo de Pesquisa em Identidade-Metamorfose (Nepim). Com interesses predominantes nas áreas de Psicologia Escolar atrelada a novas tecnologias; Psicologia Social e enfrentamento da violência no espaço escolar; Psicologia do Trabalho e os desafios do profissional.

Em que momento a Psicologia, em suas diversas áreas de atuação, passa pelo tema trabalho doméstico? Em que momentos eles se cruzam? Esses são questionamentos que pautam a minha fala, a fim de pensarmos em conjunto sobre como construir uma Psicologia que também pense a respeito do trabalho doméstico.

“O ponto em comum mais provável entre a Psicologia e as trabalhadoras domésticas talvez seja o fato de que a maioria dessas trabalhadoras, tanto as psicólogas quanto as domésticas, são do sexo feminino”

O piso salarial da empregada doméstica, em São Paulo, é de R\$ 1.108,38 ou 5,4 R\$/hora, e, no Brasil, esse piso seria o salário mínimo. Os honorários da Psicologia são sugeridos por volta de 100 a 400 reais uma consulta. Então, acredito que uma consulta semanal para as trabalhadoras domésticas talvez não seja uma demanda frequente na clínica, a menos que a(o) psicóloga(o) estabeleça uma taxa social, atenda gratuitamente ou por algum plano de saúde – enfim, há exceções.

O ponto em comum mais provável entre a Psicologia e as trabalhadoras domésticas talvez seja o fato de que a maioria dessas trabalhadoras, tanto as psicólogas quanto as domésticas, são do sexo feminino. Então, pensei que talvez coubesse uma pesquisa sobre o cuidado, o zero,

a escuta do que pode estar envolvido nesse trabalho realizado por mulheres.

A outra forma como, provavelmente, o trabalho doméstico pode chegar às(aos) psicólogas(os) é a partir dos serviços públicos, pelo SUAS, pelo SUS, pela Justiça. Existe um grande público a ser considerado dentro desses serviços, em especial, as trabalhadoras domésticas. um bom começo para essa intersecção seria se todas(os) psicólogas(os) levassem em consideração a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade humana.

“Considerar apenas a Declaração Universal dos Direitos Humanos não prevê o contexto histórico que segregou uns e facilitou para outros. Nascer livre, mas não ser, de fato, sujeito de direito”

É um começo, mas não é suficiente, porque considerar apenas a Declaração Universal dos Direitos Humanos não prevê o contexto histórico que segregou uns e facilitou para outros. Nascer livre, mas não ser, de fato, sujeito de direito. O Código de Ética da(o) psicóloga(o) instrui as(os) psicólogas(os) a colaborar na criação de condições que visem eliminar a opressão e a marginalização do ser humano. Mas que marginalização é essa quando se fala do trabalho doméstico enquanto psicólogas(os)? É preciso entender que as culturas do nosso país são diversas e que não é pre-

“É preciso entender que as culturas do nosso país são diversas e que não é preciso saber de tudo, mas é responsabilidade da(o) psicóloga(o) buscar um repertório histórico para tratar, cuidar e entender essa demanda”

ciso saber de tudo, mas é responsabilidade da(o) psicóloga(o) buscar um repertório histórico para tratar, cuidar e entender essa demanda.

Outro ponto é o da igualdade. O fato de a maioria das trabalhadoras ser mulher não é suficiente para pensarmos o ponto de encontro da Psicologia com as trabalhadoras domésticas. A palavra “mulheres”, enquanto coletivo, não é representativa da abrangência das mulheres que se relacionam ao trabalho doméstico; há uma diferença de classe que precisa ser observada e destacada.

“A palavra ‘mulheres’, enquanto coletivo, não é representativa da abrangência das mulheres que se relacionam ao trabalho doméstico; há uma diferença de classe que precisa ser observada e destacada”

Algumas autoras feministas reivindicam que as mulheres possam sair do espaço de confinamento, que é o espaço doméstico, para um lugar onde elas não sejam mais confinadas ao trabalho e aos afazeres domésticos. Então, em algum momento da história, as feministas começaram a lutar para sair do espaço doméstico. No entanto, é uma luta que nem sempre representa todo o coletivo de mulheres; é uma luta de mulheres brancas e ricas, na sua maioria. Por isso, a autora Bell Hooks diz que esse coletivo de mulheres não é representativo, porque não comporta a tríade classe, gênero e raça.

Um dos recortes que fiz para entender a história do trabalho doméstico no Brasil está relacionado com a fala da Patrícia Alves sobre os

“As pessoas sequestradas e escravizadas, em sua maioria mulheres, eram reservadas ao espaço doméstico, aos afazeres domésticos e, entre todas as formas de violência, ainda havia a violência sexual”

imigrantes. Nas diversas etnias e culturas que vieram para povoar o país, existe um recorte da questão racial, que é bastante significativo, pelo menos enquanto psicólogas(os), observar: o sequestro de pessoas negras e o uso de mão de obra escrava na construção do Brasil.

As pessoas sequestradas e escravizadas, em sua maioria mulheres, eram reservadas ao espaço doméstico, aos afazeres domésticos e, entre todas as formas de violência, ainda havia a violência sexual, que permanece e que não podemos esquecer. Na pesquisa que realizei, muitas denúncias vieram nesse sentido: a violência sexual e o desejo de sair do trabalho e não voltar mais, porque o patrão as assediou.

Foram 400 anos de escravização. Com a libertação, surgiu uma nova forma de trabalho doméstico, que não é mais a mão de obra escrava, mas é a mão de obra sub-remunerada: é um escravo legal, a quem se paga a comida, a roupa e de quem se usufrui – nesse caso, não apenas da força de trabalho dessa pessoa, mas praticamente de sua vida.

“Foram 400 anos de escravização. Com a libertação, surgiu uma nova forma de trabalho doméstico, que não é mais a mão de obra escrava, mas é a mão de obra sub-remunerada”

Encontramos, nos espaços de trabalho brasileiros, argumentos desqualificando o racismo; a defesa de que a maioridade penal desça para 16 anos, porque nessa idade já é possível julgar o que é certo e o que é errado; que “bandido bom é ban-

“Para que servem as penalidades? Pra quem elas servem?”

dido morto”. Mas, ao mesmo tempo, um homem branco com mais de 30 anos ameaça o Judiciário com um cabo e o pai dele vem a público dizendo: “Desculpa o menino! É só um menino. Ele falou bobagem... apaga isso”. Então, existem sujeitos que não são sujeitos de direito. Para que servem as penalidades? Pra quem elas servem?

A polícia avança em cima de homens negros – a maioria é do sexo masculino – e mata alegando que eram bandidos. E a mídia concorda e reitera – antes de ser julgado, ele já tem culpa. O enfrentamento do racismo é uma questão a que a Psicologia precisa estar atenta.

“O trabalho doméstico, por ser rotineiro, só aparece quando está ausente, é um trabalho invisibilizado”

Quando comecei a pesquisar sobre o trabalho doméstico, me disseram que eu deveria pesquisar coisas boas a respeito desse tipo de trabalho. Mas pensar que os serviços rotineiros, de zelo e cuidado, os serviços fatigosos são partes “boas” do trabalho doméstico é entender que a pessoa está sendo explorada, pois alguém só realiza esse trabalho em um espaço usufruído por todos. O trabalho doméstico, por ser rotineiro, só aparece quando está ausente, é um trabalho invisibilizado.

“Por mais que a pessoa seja voltada aos direitos humanos, ao contratar esse serviço, ainda corre o risco de ser alguém que explora a vida do outro”

A invisibilização chega também nas trabalhadoras domésticas ou em qualquer pessoa que realize um trabalho como o delas. Reconhecer o

caráter desses serviços rotineiros de zelo, cuidado e fatigosos é uma necessidade para nós enquanto pessoas e, enquanto psicólogas(os), é uma necessidade muito maior. Por mais que a pessoa seja voltada aos direitos humanos, ao contratar esse serviço, ainda corre o risco de ser alguém que explora a vida do outro. Não estamos falando do trabalho do outro, mas da vida do outro. Por exemplo, é muito comum, quando você chama o encanador, perguntar a quanto vai cobrar. No entanto, à trabalhadora doméstica você não pergunta, você diz quanto vai pagar, e essa é uma das atitudes exploratórias que foram naturalizadas na prática, é tornar o trabalho do outro cada vez mais dispensável, como se fosse dispensável. É um não reconhecimento ou um reconhecimento depreciativo.

“É tornar o trabalho do outro cada vez mais dispensável, como se fosse dispensável. É um não reconhecimento ou um reconhecimento depreciativo”

O reconhecimento do trabalho da doméstica é depreciativo, pois só há um lugar onde a sociedade dita e coloca essa trabalhadora e, geralmente, é invisibilizando não só sua mão de obra, mas também sua vida, seus projetos, seus sonhos. E, considerando isso, é preciso buscar formas de a Psicologia atuar e acolher o sofrimento dessas mulheres. 🌱

Referências

CFP. **Código de Ética Profissional do Psicólogo** (Resolução CFP no 010/2005). Brasília, 2005.

HOOKS, B. **Não serei eu mulher? As mulheres negras e o feminismo**. Trad. Nuno Quintas. 1.ed. Rio de Janeiro: Orfeu Negro, 2018.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>.

Travesti, feminista, doutora em teoria e crítica literária pela Unicamp e autora do livro autobiográfico E se eu fosse puta?, daHoo Editora, 2016.

No encontro com a Psicologia, já realizei falas sobre a questão trans, sobre gênero e agora vou falar sobre trabalho sexual dentro da precarização do trabalho. É importante saber que estamos do lado da Psicologia, das pessoas que estão pensando e construindo a Psicologia do Brasil, no Estado de São Paulo, e poder contar com aliados para pensar essas questões.

Por mais que, muitas vezes, se entenda o trabalho sexual como algo precarizado, até porque realmente ele é exercido majoritariamente de forma precarizada no país e no exterior, isso acaba apagando muitas modalidades e possibilidades de exercício dessa atividade, o que é perigoso.

“O trabalho sexual tende a ser visto como aquela coisa que ninguém gostaria de fazer, como a última das últimas opções, ou seja, aquele lugar em que não se tem escolha”

O trabalho sexual tende a ser visto como aquela coisa que ninguém gostaria de fazer, como a última das últimas opções, ou seja, aquele lugar em que não se tem escolha. E, geralmente, em conversas entre nós, trabalhadoras sexuais, a forma como a gente concebe o nosso estar naquele lugar é diferente: já não é a última das últimas opções, mas simplesmente uma opção possível dentre as poucas que alguém teria à disposição.

Percebem que é bastante diferente isso? Porque, muitas vezes, nada impede de você estar exercendo o trabalho doméstico, trabalhando no telemarketing ou, então, como atendente do McDonald's. Dentre as poucas opções possíveis, o trabalho sexual é mais rentável para muitas dessas mulheres, principalmente para aquelas que conseguiram pensar isso como um trabalho, como uma atividade, como um espaço para o ganho do seu sustento.

“Conceber o trabalho sexual como a coisa mais inacreditável, mais inaceitável que se possa exercer, mas fazer com que grupos inteiros da população aceitem trabalhos ainda mais precarizados”

Então, é sempre importante entender dessa perspectiva e tirar desse lugar tenebroso, onde ninguém quer estar. Até porque essa é uma das formas de controle da sociedade: conceber o trabalho sexual como a coisa mais inacreditável, mais inaceitável que se possa exercer, mas fazer com que grupos inteiros da população aceitem trabalhos ainda mais precarizados e menos remunerados como forma de evitar estar nesse lugar que, moralmente, é tão assustador e tão inconcebível. Isso torna possível que muitas pessoas se sintam mais predispostas a aceitar outras condições de trabalho, que talvez sejam até piores e que vão pagar muito menos, para não se verem sujeitas ao trabalho sexual. Esse é um dos pontos.

Mas é preciso que a gente lembre sempre que existem muitas modalidades de trabalho sexual e que o senso comum, a direita conservadora, concebe esse tipo de trabalho como lugar de riqueza, de vida fácil, apesar de ser um dos lugares mais precários, um dos lugares mais perversos, um dos espaços de controle do comportamento feminino.

Enquanto na nossa cultura a palavra “puta” serve para controlar o comportamento feminino, a gente consegue, na mesma cultura, pensar esse lugar como precário, como violento, como de vida fácil. Esse combo é muito curioso e só é possível de ser pensado, de ser produzido porque a gente ignora solenemente as falas das trabalhadoras sexuais, a gente torna as falas delas impossíveis.

“Enquanto na nossa cultura a palavra ‘puta’ serve para controlar o comportamento feminino, a gente consegue, na mesma cultura, pensar esse lugar como precário, como violento, como de vida fácil”

Isso é notório, por exemplo, no fato de que são séculos, milênios talvez, de sociedades falando sobre o trabalho sexual. E quantas trabalhadoras sexuais vocês conhecem que conseguiram publicar seus livros ou conseguiram se fazer porta-vozes da luta que encabeçam ou pessoas de referência para pensar a condição em que se encontram?

Eu tenho feito um levantamento de livros publicados por pessoas trans no Brasil, e mesmo considerando os livros escritos com *ghost-writer*, a gente chega a pouco mais de 10 autoras. Isso é significativo e sintomático do quanto é difícil você, estando nesse espaço, conseguir fazer com que suas palavras ecoem, repercutam.

Dessa forma, em todos os lugares a que eu vou, trago meus livrinhos, principalmente os dois dos quais eu participo diretamente: o *E se eu fosse puta?*, que ficou inencontrável, esgotado por alguns meses, e agora volta em uma edição nova e com o título mudado, até porque houve muita reclamação – por causa da palavra “puta” na capa, as pessoas não se sentiam confortáveis para comprar, para

manter o livro na estante de casa, para dar de presente. Então, fizemos uma pequena alteração no título: colocamos um “R” bem grande, maiúsculo, em cima da letra “T”, de forma que o título oficial agora é *E se eu fosse pura?*. Mas quem olhar a capa de perto vai ver que as duas palavras continuam ali. Não mudou quase nada o texto; teve uns ajustes em uma ou outra passagem, o acréscimo de dois poemas e só.

Nesse livro eu conto minhas experiências como trabalhadora sexual em um espaço altamente precarizado, que é o do Jardim Itatinga, a maior zona de prostituição da América Latina, situada em Campinas, perto de Viracopos. Trata-se de um espaço onde se estima que cerca de 2 mil trabalhadoras sexuais exerçam atividade e que, destas, 100 sejam travestis. Então, 100 em 2 mil, 5%, parece que é um número pequeno, mas significa 1 a cada 20 pessoas. E isso quer dizer que se essa fosse a estatística esperada de travestis ou pessoas trans na sociedade como um todo, todo mundo aqui nesta sala teria estudado com uma travesti, não na escola, mas na sua sala.

“País que mais mata travestis, que mais consome pornografia envolvendo nossos corpos”

Mas não é essa a estatística que se encontra fora da prostituição, dos presídios, dos manicômios, os três espaços nos quais a gente se faz muito presente, além dos cemitérios, nesse país que mais mata travestis, que mais consome pornografia envolvendo nossos corpos.

Ao tomarmos o exemplo da Unicamp, que é outro espaço em que eu atuei, onde eu tive toda a minha formação universitária e defendi o doutorado no começo deste ano. Na época em que eu me assumi, há quatro ou cinco anos, éramos cinco pessoas trans. Hoje, já se calcula que haja umas 20, talvez mais, mas a dificuldade de estimar esse dado é grande, uma vez que nem todo mundo declara isso na ficha de inscrição ou em algum outro registro oficial da Unicamp e que a própria universidade não tem tanto interesse assim em computar esse número.

A primeira vez em que a instituição demonstrou alguma espécie de orgulho de ter no corpo discente pessoas trans foi justamente na minha defesa de doutorado, quando fizeram um vídeo,

uma matéria para a TV da Unicamp, e essa matéria foi vista por mais de 100 mil pessoas. Ou seja, foi um momento em que disseram: “A primeira pessoa trans que vai defender com nome social na Unicamp”. Fizeram, então, a reportagem, que reverberou bastante a ponto de se tornar matéria de jornal.

Ainda somos poucas com doutorado no país, muito poucas. Falei de 10 autoras trabalhadoras sexuais, mas conheço pouco mais de 10 pessoas trans com doutorado no país. Talvez nenhum outro grupo social tenha tão poucas pessoas presentes nesse espaço, chegando a esse título de doutora ou doutor. Ou seja, na Unicamp somos sujeira estatística. No Jardim Itatinga somos 5%. Eu gostaria de pensar que podemos ser 5% em todos os espaços, e não apenas no espaço da prostituição precarizada. Até porque, quando a gente associa pessoas trans, principalmente mulher trans e travesti, a trabalho sexual, não faz justiça ao trabalho sexual que elas têm podido exercer nas últimas décadas, um trabalho em que estamos muito vulneráveis.

“O trabalho exercido nas ruas é muito estigmatizado, é o menos remunerado dentre todas as modalidades”

O trabalho exercido nas ruas é muito estigmatizado, é o menos remunerado dentre todas as modalidades. A gente trabalha por 20 reais o boquete, 30 reais o sexo oral, o sexo completo, o “tradicional completo”, como a gente chama. Migalhas. É o troco das pessoas que nos pagam, é o dinheiro que sobrou de outras compras, e a gente vai sobrevivendo em função desses trocos que recebemos.

Se fosse uma prostituição de 300 reais a hora, a gente comprava nossa cidadania, nosso acesso, nosso reconhecimento social, mas não é. Por isso é importante pensar que não é qualquer prostituição que está atrelada à identidade de travestis e mulheres trans; é a prostituição mais precarizada e menos remunerada, dentro de um contexto de trabalho que já é, por si só, precarizado. Mas o quanto isso significa que esse tipo de trabalho, a prostituição, deve ser eliminado? Essa é outra questão muito interessante. Se voltarmos cem anos atrás, para o tempo do começo das indústrias aqui em São Paulo, vamos lembrar facilmente que naquele

momento as jornadas de trabalho envolviam, por exemplo, 12, 14, 16 horas diárias. Porém, ninguém lutou para eliminar o trabalho dessas pessoas, mas sim para garantir melhores condições de trabalho, uma carga horária menos absurda, com direito a descanso, a remuneração no fim de semana, a férias, entre outros benefícios.

“Não é qualquer prostituição que está atrelada à identidade de travestis e mulheres trans; é a prostituição mais precarizada e menos remunerada”

Não era uma questão de lutar para acabar com o trabalho por entendê-lo como precário, por entendê-lo como violento, por entender a condição desses trabalhadores como vulnerável. Até hoje, existem inúmeros trabalhos que envolvem, por exemplo, auxílio-insalubridade, auxílio-periculosidade, mas quando a gente pensa em prostituição, pensa como um trabalho irremediavelmente precário.

É impressionante o quanto isso está no nosso pensamento sobre esse trabalho, sobre a possibilidade da trabalhadora de adquirir uma DST, de ser assassinada. É por isso que, na nossa imaginação, esse trabalho está tão associado a algo irremediavelmente precário, a uma situação da qual é impossível sair. Mas existem outras formas de exercício da profissão que, se a gente conhecesse de perto, não entenderia como precário.

Depois da invenção da pílula anticoncepcional, da camisinha, do gel lubrificante e da criação de diversas técnicas que poderiam ser utilizadas para a criação e a definição de um protocolo de segurança, é difícil considerar que a prostituição seja um trabalho irremediavelmente precário.

Pessoas que a gente conhece têm relações sorodiscordantes, ou seja, têm relações nas quais uma pessoa tem HIV e a outra não. Já é possível que a gente pense essa relação sem que a pessoa que não tem HIV contraia a doença no decorso dessa relação, graças às diversas tecnologias disponíveis, PrEP, PEP e outras tantas que foram sendo inventadas com o passar dos tempos. Mas o trabalho sexual permanece irremediavelmente nesse lugar. Ao analisar as causas, talvez fosse interessante pensar se o problema é a prostituição ou as condições de exercício dessa profissão.

Eu fico pensando nas minhas colegas que trabalham por 20, 30 reais e como esse trabalho vale tão pouco. Os clientes sabem o quanto valem 10 reais naquele trabalho, mas muitas vezes tentam comprar nosso protocolo, fazer que a gente abra mão do nosso protocolo de segurança. Oferecem um dinheirinho a mais para você abrir mão do preservativo no sexo oral ou para você transar sem camisinha mesmo.

O quanto esse corpo, por ser considerado um corpo que vale menos, por ser o corpo de uma trabalhadora sexual, por ser o corpo de uma travesti, muitas vezes de uma travesti negra, de uma travesti migrante de outros cantos do país – esse é um trabalho exercido, em sua maioria, por pessoas migrantes –, vale menos.

Nas zonas de prostituição de São Paulo ou de qualquer outra cidade grande, a maioria das pessoas não é de lá, não é da cidade, ou seja, esse trabalho envolve um fluxo e, muitas vezes, a gente entende esse fluxo como importante: quando seu tempo naquela cidade acaba, você se põe novamente no fluxo e vai para outra cidade, buscando ser uma novidade naquele outro espaço, buscando uma nova clientela. Isso está presente na nossa atividade.

“Então, por ser um corpo que vale menos, muitas vezes as violências contra esse corpo também são naturalizadas. Há clientes, por exemplo, que tentam tirar a camisinha durante a transa sem que a gente se dê conta disso”

Então, por ser um corpo que vale menos, muitas vezes as violências contra esse corpo também são naturalizadas. Há clientes, por exemplo, que tentam tirar a camisinha durante a transa sem que a gente se dê conta disso. Muitas amigas contam que isso acontece. Já teve cliente que tentou, à força, transar comigo sem preservativo. Isso tudo por quê? Porque é um corpo que vale menos.

Mas isso tem a ver com a prostituição em si ou tem a ver com exercício de poder, com machismo, com as condições de exercício da profissão e com marcadores sociais que tornam alguns corpos menos valiosos, menos respeitáveis, menores do

“Por que esse trabalho seria irremediavelmente precário e por que a gente não poderia lutar por melhores condições de trabalho, por melhores condições de exercício?”

que outros? Essa é uma coisa importante de se levar em consideração. Por que esse trabalho seria irremediavelmente precário e por que a gente não poderia lutar por melhores condições de trabalho, por melhores condições de exercício?

Uma valorização desse trabalho passa por a gente começar a compreender o sexo de outra perspectiva. Quando eu penso no Movimento Puta Feminista, um feminismo pensado por e para trabalhadoras sexuais, penso em um movimento que não diz respeito apenas ao trabalho sexual em si, mas a nossa própria compreensão de sexo.

A gente vive em uma realidade que sabe precificar todas as atividades humanas, mas segue nessa concepção romântica de que o sexo não pode ser transformado em trabalho, de que sexo deve ser exercido apenas entre pessoas que se amam ou que se gostam, porque, se envolver dinheiro, irremediavelmente a gente vai ter que discutir se há mesmo consentimento e consensualidade.

“Outra frase recorrente em relação a esse trabalho, principalmente dentro dos feminismos mais ‘putafóbicos’, como a gente chama, é: ‘Prostituição é estupro pago’ ”

Outra frase recorrente em relação a esse trabalho, principalmente dentro dos feminismos mais “putafóbicos”, como a gente chama, é: “Prostituição é estupro pago”, o que significa que a prostituição é uma forma de estupro porque tem dinheiro envolvido, não há consentimento nem consensualidade de fato. Só que é engraçado colocarem dessa forma. É como se nós não tivéssemos condições de dizer exatamente quando estamos sendo estupradas e quando não. É interessante pensar também na quantidade de campanhas

voltadas a mulheres que transaram a vida inteira com seus maridos e nunca tiveram um orgasmo, nunca tiveram prazer na atividade sexual, mas isso não incomoda tanto quanto a prostituição. A prostituição parece algo assustador, algo que deve ser eliminado. O casamento não; o casamento a gente tolera, a gente reforma, a gente reinventa, mas a prostituição é algo para ser banido do mapa, porque envolve violência contra a mulher. É difícil pensar o que não envolve violência contra a mulher na nossa sociedade. Então, é preciso que a gente reveja o sexo, sim. E é preciso que a gente reveja o sexo, inclusive, como um dos trabalhos que têm sido tomados gratuitamente de mulheres.

A Silvia Federici, uma importante feminista que vem ganhando muita repercussão nos últimos tempos, pontua isso: o trabalho doméstico, o trabalho reprodutivo e também o trabalho sexual têm sido tomados gratuitamente das mulheres, então talvez esteja na hora de começarmos a reivindicar uma nova forma de exercer esses trabalhos.

Nisso eu entro justamente na forma como as putafeministas têm se colocado no debate. A principal liderança argentina, Georgina Arellano, uma figura importantíssima e muito interessante, tem uma frase que é muito iluminadora nesse aspecto: "Se eu não posso cobrar por sexo, essa não é a minha revolução". Agora, portanto, a reivindicação é do meu direito de cobrar por sexo, do meu direito de cobrar por essa atividade, do meu direito de fazer dessa atividade o meu ganha-pão, a minha fonte de renda. Então, mudam os termos do debate. São pessoas que estão reivindicando o direito de cobrar por sexo.

O sexo é uma atividade incontornavelmente humana, uma atividade que está presente em todas as sociedades; a prostituição também. Ao mesmo tempo, a gente nem sempre pensa no quanto a prostituição estrutura a sociedade. Gosto muito quando a Angela Davis fala sobre o presídio não como um espaço à margem da sociedade, mas como um espaço que estrutura essa sociedade, que está presente em todas as sociedades e, ao mesmo tempo, organiza, ordena, dá liga a essa sociedade.

É preciso que a gente compreenda a sociedade a partir do que significa o espaço do cárcere e a prostituição também. A prostituição está presente em todos os lugares, e não deve ser por acaso. É justamente um espaço que existe em função de uma sociedade que não sabe discutir sexo, que não quer, muitas vezes, discutir sexo e

"É preciso que a gente compreenda a sociedade a partir do que significa o espaço do cárcere e a prostituição também. A prostituição está presente em todos os lugares, e não deve ser por acaso"

que sobrecarrega as trabalhadoras sexuais com as demandas inconfessáveis que essa mesma sociedade produz.

Tudo o que a sociedade não quer discutir sobre sexo, sobre desejo, tudo o que essa mesma sociedade produziu em termos de desejo é jogado nos ombros das trabalhadoras sexuais. E a gente está lidando, então, com essas demandas produzidas, mas, ao mesmo tempo, estão nos chamando dos nomes o mais aberradores possíveis. Estamos exercendo ali um trabalho e mantendo, de alguma forma, essa sociedade de pé, mas, ao mesmo tempo, essa sociedade parece fingir que pode prescindir dessa profissão. Então, é algo que a gente precisa muito discutir.

"A forma como a gente pensa o sexo e o trabalho sexual é sempre diminuindo essa profissional, diminuindo o que ela sabe fazer, ignorando e desprezando, invisibilizando os saberes que ela desenvolveu e coloca em prática"

Eu gostaria de poder colocar o trabalho sexual nessa outra perspectiva, na perspectiva da luta por segurança. Gostaria de poder estabelecer um protocolo de segurança inegociável, de luta pela valorização do que fazemos. A forma como a gente pensa o sexo e o trabalho sexual é sempre diminuindo essa profissional, diminuindo o que ela sabe fazer, ignorando e desprezando, invisibilizando os saberes que ela desenvolveu e coloca em prática. A gente pensa o sexo como algo que todo mundo sabe fazer e que, por isso, não podemos valorizar essa profissional, nem o trabalho domés-

tico. É algo que todo mundo supostamente sabe fazer, mas, muitas vezes, a gente ignora os saberes que essas figuras trazem e a importância que elas têm, que esse trabalho tem.

Para finalizar, eu reivindico aqui que nada seja dito sobre trabalhadoras sexuais sem que pessoas sexuais estejam presentes e construindo esse diálogo. Chega de pessoas definindo por nós e para nós o que é melhor para nós, atropelando, muitas vezes, o que o movimento de trabalhadoras sexuais tem construído enquanto proposta que diz respeito a suas urgências e demandas mais necessárias.

Fico pensando no quanto a gente tem dito coisas que as pessoas ignoram solenemente, muitas vezes tentando fazer que a gente se cale, porque, quando começamos a fazer nossa voz se tornar pública e audível, fazer que essa voz repercuta, nossa voz parece incomodar. As pessoas se dão conta de que aquilo que a gente está dizendo não vai na direção do que estavam pensando sobre nós, então preferem que a gente se cale. Não! Nós precisamos falar sobre isso. 🙏

“Para finalizar, eu reivindico aqui que nada seja dito sobre trabalhadoras sexuais sem que pessoas sexuais estejam presentes e construindo esse diálogo”

Referências

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

Pessoa da plateia (Carolina)

Eu tenho algumas questões, principalmente para a Débora e para a Amara. A primeira questão para a Débora é, inclusive, uma questão que passa também pelo trabalho sexual. Eu fiquei pensando na questão do trabalho afetivo implicado no trabalho doméstico e do atravessamento do afeto na exploração, porque você trabalha dentro da casa das pessoas, é um espaço de trabalho diferente. E, muitas vezes, vemos que as empregadas domésticas criam os filhos de suas empregadoras, e essa relação de afeto e de amor é atravessada por uma relação de superexploração, de violência. Eu acho que isso é uma questão do interesse das(os) psicólogas(os) e que devemos considerar na escuta das trabalhadoras domésticas. Queria saber como é que isso aparece na fala delas.

Eu também acredito que a prostituição tem uma dimensão afetiva, e aí fico com a questão desse atravessamento para a Amara, com a questão do adoecimento no trabalho e de como é possível pesquisar maneiras de pesquisar e pensar esse adoecimento. Como psicóloga, fico especialmente interessada na questão do adoecimento mental relacionado ao trabalho, sem que a gente alimente a visão pejorativa de um trabalho que precisa ser eliminado. E também na questão de como ficam as prostitutas que adoecem – inclusive mentalmente – e, às vezes, perdem a possibilidade de trabalhar, que é uma coisa que acontece com toda a classe trabalhadora.

Amara Moira

Eu tenho uma pergunta para a Débora e uma para a Patrícia. Patrícia, eu tenho tentado discutir a questão de quantas propostas, de quantos esfor-

ços – principalmente nos países mais desenvolvidos, onde têm crescido os setores da ultradireita – a gente vê, muitas vezes, para tentar inviabilizar a prostituição. Estamos falando de Suécia, de França e de vários outros países em que tem crescido esse debate a respeito da prostituição, se aproveitando da forma como um certo tipo de feminismo discute o trabalho sexual, para defender que esse é um espaço de degradação da mulher e que, por causa disso, deve ser eliminado.

Sinto que, muitas vezes, esse argumento oculta a real motivação dessas propostas, que é frear os fluxos migratórios, porque a prostituição é um dos trabalhos que podem ser exercidos pela população indocumentada que migra para esses países, principalmente nos grandes centros financeiros, econômicos. Então, pergunto: como é que esse debate é feito dentro da sua área? O que significam as tentativas de inviabilizar a prostituição e qual a relação disso com as tentativas de frear os fluxos migratórios?

Queria falar com a Débora sobre isso porque me lembro da minha época de Unicamp, onde, muitas vezes, estudantes de esquerda, de Ciências Sociais, História, Letras, ou seja, desses cursos mais marcadamente de esquerda, debatiam bastante a respeito do trabalho doméstico, do quanto essa é uma forma de sobrevivência de algo que veio da época da escravidão, que também era um trabalho a ser eliminado, que as pessoas precisavam aprender a limpar a própria sujeira, a própria casa. Mas eu sentia também que havia uma hipocrisia muito grande naquele debate, porque ficava uma coisa assim: “Não, não vamos alimentar esse tipo de trabalho. Vamos gastar esse dinheiro no bar e vamos aprender”. Muitas vezes isso se

passava, mas ninguém consultava as trabalhadoras domésticas quanto ao que deveria ser feito a respeito, porque se chegasse para elas e falasse: “Olha, não vamos contratar vocês porque esse trabalho é algo que é um remanescente do tempo da escravidão, é um trabalho superexplorado”, talvez elas dissessem: “Não, calma, me contratem sim. Só me paguem melhor, me deem melhores condições de trabalho”.

Há uma percepção sobre o trabalho doméstico como algo irremediavelmente precário e que pessoas de esquerda ou pessoas “iluminadas” não podiam fazer, não podem fazer, não devem fazer um serviço que ao mesmo tempo não deve ser comprado, um trabalho que não deve ser exercido nessas casas. Então, eu queria perguntar como é que vocês pensam isso.

Pessoa da plateia (Luciana)

Eu queria fazer um comentário sobre a fala da Débora na questão da representatividade, e acho que cabe também na fala da Amara. A Débora falou que o coletivo feminista, que não é o coletivo feminista, não é bem representado porque a maioria das mulheres é brancas e ricas, e eu acho que isso cabe também para a questão das trans e das trabalhadoras sexuais. Eu penso que a mulher negra, as trabalhadoras sexuais, as trans não estão sendo bem representadas no coletivo feminista, mas, ao mesmo tempo, a gente não deveria ver isso como uma coisa ruim.

Esses dias atrás eu ouvi uma crítica à Manuela d’Ávila. Uma amiga chegou e disse: “Ah, é muito fácil ela sair da cobertura dela e defende o movimento feminista”. Sim, com certeza é muito fácil, até mesmo porque a maioria das mulheres que necessitam dessa representatividade não tem oportunidade e acesso a essa voz, a essa crítica, talvez pela falta de representatividade dessas pessoas até mesmo na universidade, pela falta de acesso ao conhecimento, à crítica. E eu queria saber o que vocês acham disso, isto é, como estamos tratando a questão da representatividade para que não seja vista de forma negativa ou como oportunista. Porque eu penso que é bom que exista uma pessoa que não seja necessariamente da mesma classe, mas que esteja defendendo nossos direitos, visto que as pessoas mais interessadas não têm tanta oportunidade ou tanto acesso assim.

Patrícia Villen

Muito obrigada pelas questões e também pelas colocações, que, de alguma forma, também se co-

municam com a questão da migração. Só para pontuar aqui: a maior parte das mulheres em migração hoje é direcionada para o trabalho doméstico, de cuidado e também para os trabalhos sexuais. Isso mostra o quanto essas mulheres estão expostas ao que estamos discutindo aqui. Sobre sua pergunta, Amara, eu acho que é muito coerente essa associação que você fez. O discurso dos principais representantes dos Estados, como o Trump nos Estados Unidos e o Savini na Itália, por exemplo, afirma que tudo o que é ruim vem de fora, e não de dentro dessas sociedades. Então, a prostituição também é associada a uma forma de breçar essas mulheres em migração e isso envolve um debate bastante complexo, que nós poderíamos fazer, que é uma questão que você coloca aqui: a questão da violência. A violência do controle do corpo da mulher pelo Estado, pelos poderes, pela própria estrutura patriarcal – não só das mulheres, mas também das travestis que são proibidas de migrar. Isso coloca um impedimento, e qualquer mulher aqui, se vai migrar sozinha no aeroporto, vocês podem reparar que o olhar é muito diferente dos policiais e de quem faz, porque esse controle é identificado facilmente.

Existem duas correntes para abordar essa pergunta que você fez, Amara. Uma delas, a Pagu lá da Unicamp, a Pichitelli, que é a principal representante, coloca exatamente essa perspectiva que você desenvolveu aqui. E há uma corrente que, ao contrário, tenta dar ênfase à questão do tráfico de pessoas, porque muitas dessas mulheres são enganadas. Buscam uma oportunidade de emprego como cabeleireira, por exemplo, e, quando chegam lá, caem em um trabalho que não esperavam. E elas não podem sair desse trabalho, porque geralmente estão endividadadas – essa é uma condição do migrante –, portanto, há um aprisionamento.

O combate ao tráfico de pessoas precisa ser debatido, porque é um negócio altamente lucrativo no capitalismo hoje, e a associação que você fez tem toda a coerência.

Débora Laís

Eu fiquei muito feliz com as perguntas, porque me dão espaço para explicar coisas que não caberiam em 20 minutos de fala. Primeiro, a Luciana falando de representatividade me fez lembrar que a minha fala, geralmente, é para a categoria a que eu pertença, que é a das(os) psicólogas(os) aqui presentes. Entendo, por exemplo, que esse é um espaço que eu posso indicar para que as pessoas conheçam a página do Facebook, do Insta, que é a

Eu Empregada Doméstica, em que há relatos das trabalhadoras. É um movimento delas, em que elas falam por si mesmas.

Então, quando eu falo de um coletivo de mulheres, e não de feminismo, é porque o termo “mulheres” não representa a amplitude e não cabem gênero, raça e classe, e acho que é necessário pautar isso sempre. Quando falamos sobre um autor, provavelmente surge a imagem de um homem branco. Então, a palavra “mulher” carrega muito disso: parece que estamos falando apenas para mulheres iguais a nós, mas nem sempre isso acontece, por causa das nossas diferenças.

A Carolina fez uma pergunta sobre o trabalho e as relações afetivas, e isso me lembrou uma parte da pesquisa da Bader Sawaia: o trabalho doméstico é uma atividade e é uma ação, então, como toda ação, demanda afeto. E, de repente, ali na intimidade do espaço doméstico, as relações afetivas acabam se entrelaçando com aquilo que foge ao programado na relação de trabalho. Além disso, nos documentos que regulamentam a profissão, o trabalho doméstico tem uma lista de todas as atividades que podem ser realizadas no espaço doméstico – essa lista ocupa uma página inteira. E o que acontece é que, muitas vezes atravessado pelas relações afetivas, essa trabalhadora acaba realizando todos os trabalhos domésticos: cozinhar, lavar, passar, limpar a área do cachorro, limpar o quarto, lavar cueca e calcinha, enfim. Essa situação se mistura com a minha resposta para a Amara. Eu me lembro que, uma vez, estava em uma universidade particular onde os alunos fizeram uma manifestação com cadeiras, protestando pelos direitos de algum dos professores. Acabou a manifestação, os alunos foram embora e as trabalhadoras tiveram que tirar e guardar cadeira por cadeira.

Há muitas contradições, e eu diria que é preciso, primeiramente, reconhecer a importância e o valor do trabalho doméstico. É depreciativo, e o reconhecimento depreciativo também passa pelos trabalhadores imigrantes e pelas profissionais do sexo. É uma forma de você baixar o valor do que o outro está fazendo. Você menospreza o que o outro faz para poder se beneficiar. É uma forma de poder e, também, de violência.

O Brasil tem essa característica maior que passa pela cordialidade, em que a relação afetiva acaba se sobrepondo à exploração. Então, a pessoa nem sempre consegue perceber que está sendo explorada. Uma fala de uma trabalhadora do-

méstica é “que patroa é chata mesmo, mas ela tem que ser chata. Ah, ela tem que ser chata mesmo”, e aí eu perguntei para ela por que essa patroa tinha sido chata, e ela respondeu: “Porque às vezes quer uma coisa do jeito dela só por capricho. Tá feito, mas quer uma coisa do jeito dela por capricho”.

Então, eu falo para as(os) psicólogas(os) e, também, para pessoas que possam vir a contratar trabalhadoras domésticas: tenham um diálogo de igual pra igual. Se não puder pagar o que ela está pedindo, reduza as horas trabalhadas, reduza as atividades de exigência. É muito mais pelo reconhecimento.

Patrícia Villen

Eu ouvi, na fala da Débora e na pergunta da Carolina, considerações sobre as relações de afeto e fiz um *link* com as questões que estudo, que são as questões da violência doméstica e da mulher. Ser mulher, como a Moira falou, é ser violentada; não tem como mulher não passar por isso. Então, quando a gente fala de reconhecimento de afeto, ele está no espaço doméstico. Mas onde está a violência doméstica? No espaço de afeto e afetos domésticos, e as relações íntimas de afeto são as mais violentas possíveis. Nesse sentido, Luciana, eu entendo que existem movimentos específicos e sou super a favor da fala “Nada de nós sem nós”, mas isso não elimina o fato de que precisamos falar em condição feminina, que somos muitas, somos diversas e somos atacadas o tempo todo, somos violentadas o tempo todo, não importa se somos putas, se somos brancas, se somos negras, se somos classe alta, média ou baixa – nós somos mulheres nessa condição. É importante fazer o recorte, mas também é importante não silenciar todas as formas de expressão dessas vozes.

Débora Laís

Eu acabei me lembrando, para fechar, da pergunta da Amara. E acredito que, se todos nós aprendêssemos a realizar os trabalhos domésticos, mesmo que não fôssemos nos especializar, eles poderiam virar algo importante. Por exemplo, se cada pessoa da casa cuidasse da sua parte, mas fosse preciso chamar uma especialista, essa especialista seria bem remunerada por aquilo que faz. Eu acho que isso não é eliminar, é reconhecer. Se você não sabe fazer, deve reconhecer quem sabe.

Odair Furtado

Farei apenas um comentário. Essa questão do trabalho doméstico é complicada mesmo. Eliminar

esse tipo de trabalho não é solução para as trabalhadoras – é o que a Amara colocou. Os cortadores de cana, no Estado de São Paulo, por exemplo, já não têm mais essa função, pois, com a mecanização do corte de cana, ela foi extinta – isso porque esse tipo de trabalho causava acidentes gravíssimos, levando à morte ou à amputação.

Quando falamos da questão da desvalorização da vida, “Tanto faz, põe o cara lá pra cortar. Se ele perder a perna, azar o dele!”, a vida do trabalhador nessa circunstância, não vale nada. Agora, quando se começa a pensar no estado de direito, a pensar nos direitos dos trabalhadores, você se dá conta de que aquela função não pode existir, mas existe a condição de mecanização, que a substituiu. Mas o que acontece com esse trabalhador não é simples: se ele dá sorte, consegue colher morango, colher laranja; se não, ele é completamente precarizado, vai para a cidade mais próxima e vai morar em uma favela ou vai para a rua. Enfim, a situação dele fica pior em certa circunstância.

No caso da empregada doméstica, há uma semelhança. Acabar com a função, que existe por conta das condições estruturais do país, se não atacar essas condições, ela não desaparece. Uma forma seria aumentar o salário, mas, enquanto a Débora fala no que é o salário mínimo da empregada doméstica no Estado de São Paulo, nós falamos isso do ponto de vista protocolar, porque 70% das empregadas domésticas não têm registro em carteira.

A renda média da trabalhadora doméstica está em torno de 400 reais. Há uma superexploração, e existe lei para combater isso. Quem não registra e paga 400 reais está cometendo um crime porque está burlando a lei. Mas o lar é um lugar difícil de fiscalizar; depende da denúncia da própria trabalhadora, que não denuncia e nós sabemos por quê. A alternativa que esse mundo automatizado permite são os aparelhos eletrodomésticos e as empresas. Hoje existem empresas que você contratava para fazer a limpeza da casa. Chega uma pessoa uniformizada, leva os produtos, deixa sua casa limpa e você só paga pelo que vale aquele trabalho.

Amara Moira

No trabalho sexual, nós somos corpos que não podem ser assumidos, corpos muito desejados. O fato de estarmos sobrevivendo há tanto tempo apenas a partir do trabalho sexual – calcula-se que 90% das mulheres trans travestis estejam, de

alguma forma, no trabalho sexual – significa que estamos sobrevivendo por causa desse espaço.

Quando a família nos expulsa, quando a escola nos expulsa, quando o mercado de trabalho formal fecha as portas para nós, é nesse lugar que podemos sobreviver. E, por mais que seja um lugar de muita violência, de muita vulnerabilidade, essa é a trincheira na qual podemos sobreviver diante de uma política de extermínio. A sociedade tem desenvolvido essa política de extermínio contra pessoas trans, e ali temos cavado nossa condição de sobrevivência. São corpos que excitam, são corpos que são pensados em função da excitação. Parece que existimos em razão do desejo sexual que motivamos. Mas, ao mesmo tempo, são corpos que não podem ser assumidos, são corpos que precisam estar segregados para que você não corra o risco de cruzar com esses corpos no *shopping*, indo buscar seu filho na escola, no bairro onde você mora.

Então, é importante que tais corpos estejam habitando apenas esses guetos, que você vá até lá, usufrua desse trabalho mal-remunerado e que essas pessoas fiquem ali contidas. Isso gera muita violência, e algo que eu abordo no meu livro é a montanha-russa de emoções que a gente vive ali: o cara chega apaixonado, diz que você é a coisa mais bonita que ele já viu na vida, quer te salvar e tirar daquela vida, quer te tirar de lá. Aí ele goza e tem um choque de realidade, lembra-se do lugar que você ocupa, começa a sentir nojo do desejo dele por você e não consegue mais olhar na sua cara, trocar palavras com você, tocar no seu corpo... só quer sair dali correndo. E aí você vive isso duas, três, quatro, cinco vezes por dia – é uma experiência bastante desestruturante.

Uma das coisas que eu tenho gostado de debater é o quanto os clientes vão ali para se desmascarar, no sentido de tirar as máscaras da maneira certa de ser homem, de existir como homem que eles precisam vestir. Eles precisam se desmascarar para viver o sexo de forma mais livre de amarras, mais livre de cobranças. Ali é como se não precisasse ser aquele sexo da afirmação da masculinidade, é um sexo em que ele pode dialogar mais diretamente com seus anseios inconfessáveis.

Ao contrário, nós, trabalhadoras sexuais, temos que estar muito mascaradas, porque será cobrada de nós uma *performance*. Temos que estar coladas nessa personagem para que a gente não se machuque, para que a gente viva as coisas como uma personagem mesmo, em terceira pes-

soa, não em primeira, não acreditando naquelas palavras que vão nos dizer, não acreditando naquelas juras de amor, naqueles convites para uma história com final feliz.

A questão do afeto é central ali, e é uma questão de muito adoecimento. As relações abusivas, tóxicas são praticamente aquelas que nós temos podido viver. A questão do afeto também é muito acionada quando se fala de uma trabalhadora sexual travesti para tentar fazer com que esse cara não pague pelo trabalho sexual, então, ele vai dizer: “Eu te amo, quero uma relação com você” como forma de não precisar pagar pelo trabalho. E tem algo de muito interessante nisso: ao mesmo tempo que os homens naturalizaram seu direito de pagar por sexo, eles se sentem diminuídos por fazer isso, então preferem viver na ilusão de que, se quisessem mesmo, se tivessem tempo, se tivessem paciência, se pudessem se esforçar um pouco mais, conseguiriam transar de graça, sem precisar pagar por isso. Porque precisar pagar é algo como “Ah, tá... eu sou homem mesmo, eu conseguiria, se quisesse”.

Muitos chegam na expectativa de viver aquela fantasia de não ser cobrado, e esse tipo de fantasia é estimulado. É muito engraçado isso: os clientes querem desconto porque vão tratar você bem. Ou seja, o preço integral é só para aquele que trata você mal; do que trata bem, você cobra menos. São várias coisas. Ao mesmo tempo tem a expectativa, a cobrança de que você sinta prazer, como se fosse uma questão de apertar um botão. Cobra-se de nós uma *performance* e a gente precisa brincar de ser uma personagem, mas não é simples ser isso o tempo inteiro também.

Algo que dialoga diretamente com a questão da transfobia é o quanto a sociedade exclui você por querer reivindicar uma identidade feminina tendo um pênis – o pênis que ensinam você a odiar, porque é ele que impede você de afirmar seu gênero, de afirmar sua identidade. Mas, no trabalho sexual, esse pênis vai ser reivindicado o tempo inteiro. Então, chega o cliente, que nem imagina que você pode ter uma relação conflituosa com seu genital, ou que a sociedade pode ter ensinado você a odiar aquele genital porque ele impede você de ser quem você é, impede o reconhecimento social de que você é o que você é ou o que você diz ser. E ele chega e já quer tocar, já quer ver, pergunta se fica duro, pergunta se goza, fica incomodado se é pequeno, fica incomodado

se não fica duro, fica incomodado se não goza, sem o mínimo de tato, o mínimo de sensibilidade para imaginar que talvez esse seja um ponto delicado do seu corpo.

É por causa da forma como esse trabalho sexual pode ser exercido quando você é travesti que muitas amigas, por exemplo, desenvolvem uma aversão ao trabalho sexual e fazem disso uma questão de sobrevivência. Quando começam um relacionamento afetivo, têm dificuldade em desejar sexo, desenvolvem uma espécie de asco, porque o sexo implica alguém tocando seu corpo de uma forma que você não quer, ignorando completamente aquilo de que você gosta ou desgosta no seu corpo, as práticas de que você gosta ou desgosta.

Essa não é a realidade em 100% da prostituição. Existem amigas que chegam e falam: “Olha, eu não beijo na boca” ou “Eu só transo dessa maneira”. Se o cara pede desconto, elas já desligam na cara dele. Existem condições de exercício que permitem que você ignore ou não atenda clientes que você entende como abusivos. Entretanto, existe outra parcela que acaba se vendo na obrigação de atender até mesmo os abusivos, porque não existe fatura de clientes à disposição, e, mesmo existindo fatura, o que você vai ganhar por isso também obriga você a atender um número muito grande de clientes.

A Débora estava falando dos 100 reais por sessão de uma(um) psicóloga(o). A(O) psicóloga(o) precisa de acompanhamento psicológico também, né? Só que se a pessoa ganha 100, 200 ou 300 reais, isso diminui o tanto de coisas que ela vai ouvir ao longo do dia. Ou seja, ela pode se dar ao luxo de ouvir menos se estiver ganhando 300 reais por hora, mas, se ela tiver ganhando 50, talvez enha que ouvir uma quantidade maior de coisas, e isso vai também impactar no quanto se é capaz de gerir tudo o que ouve.

Com a trabalhadora sexual acontece a mesma coisa. A questão do adoecimento é central para nós. Você vai adoecer pela exclusão social, você vai adoecer porque aquilo que exclui você é aquilo que vai ser desejado no trabalho sexual, você vai adoecer pela montanha-russa de emoções que vai viver ali no exercício da profissão, pela guetificação, pelo fato de você só poder existir ali. Ali é espaço seguro, ali é o espaço onde você nunca precisou de legislação para respeitarem seu nome e seu gênero.

Isso é algo importante de a gente se dar conta. A prostituição é um lugar que nunca precisou de legislação para respeitarem nosso nome e nosso gênero. Todos os outros espaços precisaram ser obrigados a entender que precisavam respeitar nosso nome e nosso gênero, e isso ainda está em questão, mesmo com legislações surgindo a todo momento.

Como discutir o adoecimento sem reforçar essa visão estereotipada, estigmatizada da prostituição? Não sei responder isso, mas são pessoas que poderiam fazer bom uso de um acompanhamento psicológico, desde que não fosse compulsório – pessoas trans têm sido compulsoriamente obrigadas a fazer acompanhamento psicológico e isso afeta de maneira muito brutal o vínculo que se pode estabelecer.

É muito diferente o vínculo que se pode estabelecer quando eu chego lá tendo que provar para aquela profissional que eu sou trans para que ela assine um documento que ateste meu direito de fazer uma cirurgia ou retificar meus documentos. Se eu entro lá tendo que provar alguma coisa, se eu preciso ser uma personagem ali dentro, então a relação que se pode estabelecer é muito diferente. Sou contra a compulsoriedade disso. Mas se esse atendimento pudesse ser disponibilizado para aquelas que desejam, para aquelas que estão sentindo necessidade, acho que isso pode ser bastante útil para aprendermos a pensar sobre nossa própria condição e sobre nossa realidade.

Eu me lembro da minha primeira experiência com um atendimento. Eu cheguei lá pedindo para ser curada, porque tinha acabado de abortar uma tentativa de transição. A pessoa que me atendeu disse: “Não, em vez de tentar te curar, vamos tentar entender de onde veio esse desejo de tomar hormônios, de mudar seu corpo, sua maneira de existir”. E aí, um ano e meio depois, quando eu estava empoderada, consegui pensar de novo na minha transição, comecei a minha transição, a ser reconhecida como Amara em vários espaços, tendo meu gênero respeitado, a ser tratada pelo meu nome de registro, no masculino.

Eu não conseguia colocar isso durante a sessão. Dizia: “Nossa, meus amigos de longa data estão conseguindo se superar e me chamar de Amara”. Ela respondia: “Nossa, que bonito, FULANO!”. Aí eu escrevi por Whatsapp para ela, quando acabou a sessão: “Por que você continua me tratando por esse nome?”. E ela respondeu:

“Eu não sei explicar, tenha paciência comigo”. Em resumo: tive que desistir das sessões, porque eu estava sendo a psicóloga dela.

Renata Paparelli

Eu só farei um comentário. Achei a mesa muito interessante, abordou temas muito importantes dentro desse planeta trabalho e planeta trabalho precarizado e o fato de que não precisa ser precarizado, pode ser de outro jeito. Mas eu queria compartilhar uma experiência que tive lá na Unicamp com relação à questão trans e que foi muito marcante, muito importante mesmo. Acho que, cada vez mais, a gente tem que trazer essas discussões para o campo da Psicologia, até para enfrentar o tradicional preconceito da Psicologia tradicional e hegemônica com relação a qualquer coisa que fuja do modelito “propaganda de margarina”.

Na Unicamp, fiz um estágio docente no laboratório, na clínica de voz, com pessoas da Fonoaudiologia. Nessa clínica havia diversos casos de problemas de voz relacionados ao trabalho: tinha professora, operador de *telemarketing*, cantor, ou seja, um monte de gente com problemas de voz relacionados ao trabalho e outros não relacionados ao trabalho. Mas chegou uma mulher trans que queria fazer um tratamento da voz para torná-la mais parecida com uma voz de mulher, e isso foi algo disruptor para aquele serviço.

A área da Saúde, toda organizada em milhões de caixinhas, coisinhas e obsessividades em geral, recebeu aquela mulher, que foi falar com a fono, mas não foi falar só de voz, foi falar que ela queria se matar, entendeu? E, então, ela foi falar de trabalho e disse: “Olha, eu preciso da minha voz feminina, porque quero trabalhar como teleoperadora, e não como profissional do sexo, mas pra isso eu preciso melhorar a minha voz” – melhorar do ponto de vista dela. Do nosso ponto de vista, a voz dela era uma voz de mulher, absolutamente feminina, mas, do ponto de vista dela, era uma voz masculina.

Então, introduzimos um milhão de dimensões nas discussões daquela clínica, nas discussões daquele espaço terapêutico por causa daquela presença. E eu acho importantíssima essa ideia de não falar de nós sem nós. Essa presença, em si, é uma presença disruptora quando se pode estabelecer uma relação de alteridade. Aquela mulher, na clínica de voz, teve uma presença tão intensa e marcante que desencadeou um grupo

de trabalho sobre a questão de transcidadania e um evento por ano, lá na Unicamp, na Fonoaudiologia, por causa desse tipo de coisa.

Eu queria parabenizar a mesa e dizer que são essas presenças que põem a gente para pensar em outras rotas desse mundo.

Amara Moira

Só um comentário sobre essa questão da fono. As tecnologias vão sendo inventadas para um propósito, mas, de repente, outros grupos olham para isso e falam: "Opa, eu também quero isso aqui". Então, como é que se inventa uma cirurgia de redesignação sexual? Logicamente, ela não foi inventada para pessoas trans, mas para pessoas intersexuais, ou seja, para corpos que apresentavam uma ambiguidade sexual. A gente não sabia lidar com aquilo, precisava que aquele corpo tivesse um pênis ou uma vagina saber como tratar aquele corpo, ou para pessoas mutiladas na guerra.

Nós vemos isso tudo sendo inventado dessa perspectiva. Mas, uma vez inventado isso, assim como o tratamento hormonal, todas as terapias hormonais, de endocrinologia, os grupos começam: "Opa, eu também quero isso aqui", sabe? Isso começa a significar a possibilidade de você transformar o corpo, e uma vez ensinaram a você que o corpo é o problema, que o corpo é o que impede você de ser quem você é: "Vamos transformar esse corpo". Mas, ao mesmo tempo, existe uma luta pra reafirmar que esse corpo pode ser resignificado do jeito que ele existe.

Então, vamos questionar o que significam uma voz masculina e uma voz feminina: ao mesmo tempo que a gente possibilita a transformação dessa voz, o adestramento para que essa voz circule de outra maneira, seja percebida de outra maneira, seja pronunciada de outra maneira, é importante colocar sempre nessas duas vertentes. É a luta contraditória trans: "Vamos lutar pelo direito de transformar nossos corpos, mas vamos lutar pelo direito de que nossos corpos possam significar outras coisas e a gente rompa com os padrões estabelecidos".

Muito obrigada por terem me assistido aqui, por eu ter participado desta mesa. Acho que é sempre bonito participar de mesas em que eu aprendo, em que eu sou desafiada, em que eu possa repensar minhas verdades, né? Muito feliz de estar aqui. 🌱

Enfrentar a precarização: um dever ético-político

Maria Maeno Settimi

Médica, pesquisadora da Fundacentro. Coordenadora do Programa Organização, Gestão do Trabalho e Adoecimento da Fundacentro. Participou de comissões interministeriais normativas referentes a Lesões por Esforços Repetitivos, Políticas de Saúde do Trabalhador, Prevenção de Incapacidade e Reabilitação Profissional, Previdência Social. De 1987 a 2006, foi médica da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, tendo integrado a equipe do Programa de Saúde dos Trabalhadores da Zona Norte de São Paulo, que originou o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Estado de São Paulo, do qual foi coordenadora por 16 anos. Possui graduação em Faculdade de Medicina pela Universidade de São Paulo, mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo e doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo.

O que é a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora em tempos de precarização? Primeiramente, é preciso entender a precarização. Quando o trabalho não foi precarizado? Porque não é que o trabalho fosse bom antes, mas nós entendemos que precarização quer dizer essa degradação a que estamos assistindo já há alguns anos e que teve um salto qualitativo para baixo com a reforma trabalhista.

Em outros tempos, eu falaria sobre a Política Nacional de Saúde do Trabalhador, geralmente, em termos governamentais. Não que eu seja do governo ou tenha sido do governo algum dia, mas todos nós, em algum momento, participamos da elaboração de políticas, principalmente do SUS, Política de Saúde do Trabalhador na área do SUS. Mas hoje não dá para falar disso. Nós estamos em um momento de exceção no país, com o Legislativo, o Judiciário, as Forças Armadas todas tomadas. O país, a partir de 2019, tem outra perspectiva, que tende a piorar.

Com a Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943, o trabalho, mesmo precarizado, tinha alguma regulação. Hoje não. Hoje a reforma trabalhista, com a lei da terceirização, implodiu a base de regulação das relações de trabalho. Salário, jornada e local de trabalho são, atualmente, obstáculos à organização dos trabalhadores. E não podemos ter a ilusão de que continuaremos a viver em um período de conciliação de classes ou conciliação de interesses, como vivemos de 1988 até agora. O intuito da mudança neste momento, dos segmentos, do capital financeiro internacional, das Forças Armadas, todo esse conjunto visa aniquilar os movimentos e as pessoas que pensam.

“Hoje a reforma trabalhista, com a lei da terceirização, implodiu a base de regulação das relações de trabalho”

O ciclo da vida laboral sempre existiu, as condições de trabalho precarizado também. O mundo do trabalho precarizado, que temos há bastante tempo, conta com o adoecimento precoce: há pessoas jovens adoecendo, seja na esfera física, seja na esfera psíquica, com tendência à cronificação, por terem dificuldade de acesso a tratamento e recuperação. Também há dificuldade de acesso a um tratamento efetivo, de sair do trabalho, sem ser discriminado, para poder se tratar.

“E não podemos ter a ilusão de que continuaremos a viver em um período de conciliação de classes ou conciliação de interesses, como vivemos de 1988 até agora”

Na área de saúde mental então, o estigma é muito grande, e acabamos nos deparando com a ausência de prevenção de incapacidade, que você só previne se tiver condições de fazer um tratamento e de ser acolhido no seu espaço, se você puder contar com solidariedade no seu espaço de trabalho, no seu local de moradia, enfim, na sociedade. Se você não tiver isso, vai caminhando para a incapacidade.

“O ciclo da vida laboral sempre existiu, as condições de trabalho precarizado também”

Existe uma ausência de política de reabilitação profissional efetiva há muito tempo e, também, a dificuldade de reinserção no mercado de trabalho, contribuindo para a exclusão social. Então, nós temos esse ciclo de vida laboral, pelo qual muitas(os) trabalhadoras(es) já passaram muitas vezes, e no centro disso existem equipamentos e instituições que tutelam a saúde do trabalhador, o Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo.

“Existe uma ausência de política de reabilitação profissional efetiva há muito tempo e, também, a dificuldade de reinserção no mercado de trabalho, contribuindo para a exclusão social”

O SUS, que é provavelmente a maior política pública implementada, apesar de várias mazelas, de priorização de verbas para o setor financeiro dentro do setor privado do SUS, com vários vieses e distorções, é, certamente, uma política pública de sucesso no mundo inteiro. E não estou me referindo apenas aos transplantes, aos programas para população com Aids ou à vacinação em massa no país inteiro; estou falando também da Vigilância Sanitária. A Previdência Social está sob a ameaça de ser capitalizada: um fundo seria aberto nos bancos e nós pagaríamos durante 30, 40 anos e, ao final, buscaríamos o que restou do dinheiro que o banco capitalizou, investiu. Caso você viva mais do que o tempo estimado, o dinheiro pode acabar, como está acontecendo em outros países, como o Chile.

Até então, no Brasil, temos uma solidariedade geracional. Isso que quer dizer que contribuimos com os aposentados e amanhã, quando nos aposentarmos, seremos sustentados pelas pessoas que estiverem na ativa. E temos direito ainda à pensão, nos casamentos, se um dos dois morrer. Mas a Previdência também não será mais assim, se depender do presidente eleito.

“Até então, no Brasil, temos uma solidariedade geracional. Isso que quer dizer que contribuimos com os aposentados e amanhã, quando nos aposentarmos, seremos sustentados pelas pessoas que estiverem na ativa”

A Assistência Social e a Justiça são, ainda, mecanismos que tentam regular esse ciclo laboral. Em termos de mundo do trabalho, nós temos a Justiça do Trabalho, que é a única justiça que considera os interesses conflitantes da sociedade e que as pessoas, os segmentos, têm poderes diferentes. As outras justiças não tratam de igual para igual, e nós sabemos que não temos igualdade na sociedade.

O desenvolvimento da tecnologia não tem implicado aumento do tempo de ócio, isto é, o tempo livre, o tempo de lazer, o tempo de pensar ou de não fazer nada. O trabalho, no mundo atual, certamente não realiza as pessoas que trabalham; as pessoas produzem em função de lucros para determinado capital, para grupos de capital. O mercado internacional, ao qual, obviamente, todos são ligados no mundo capitalista, determina as formas de trabalhar. No Brasil, nós temos trabalhos que são perigosos, insalubres e penosos também, então, isso traz, obviamente, adoecimento físico e psíquico.

A maioria dos postos é constituída de trabalho não criativo, repetitivo, fragmentado. Nós temos sistemas perversos de remuneração, um salário pequeno e muita PLR (Participação em Lucro e Resultados), que desgastam cada vez mais, e a tecnologia aumenta, o que permite que nosso tempo de trabalho seja intensificado.

“A maioria dos postos é constituída de trabalho não criativo, repetitivo, fragmentado”

Nós temos os instrumentos de gestão também, que são extremamente perversos, que acabam fazendo que você trabalhe mais, que você não tenha solidariedade em relação ao seu colega, que você torça para que aconteça alguma coisa com ele.

“Nós temos os instrumentos de gestão também, que são extremamente perversos, que acabam fazendo que você trabalhe mais, que você não tenha solidariedade em relação ao seu colega, que você torça para que aconteça alguma coisa com ele”

Existem três aspectos da reforma trabalhista que merecem destaque. Primeiro, o teletrabalho. O teletrabalho é o trabalho em casa, mas é o trabalho que vai se misturar com sua vida cotidiana. Então, quando falamos de teletrabalho, na vida real, temos a criança, a sogra, o cara do gás, diversos problemas domésticos se misturando com a necessidade de bater metas, de você ter que fazer o trabalho do jeito que fazia antes, só que sob sua própria custa, pois, se quebrar o computador, por exemplo, não é a empresa que arruma.

“Logo, se adoecer, a culpa é dele, sai totalmente da responsabilidade do empregador”

O empregado, no caso do teletrabalho, tem que assinar um termo de responsabilidade dizendo que se compromete a seguir as instruções fornecidas pelo empregador para que não adoença. Logo, se adoecer, a culpa é dele, sai totalmente da responsabilidade do empregador.

Além disso, há tendência a jornadas extenuantes, insegurança, precarização da relação de trabalho, culpabilização do trabalhador pelo adoecimento, presenteísmo. A pessoa trabalha mesmo estando incapacitada, com isolamento social, porque não desloca mais, fica em casa, com impacto sobre sua saúde física e mental, tendendo a ter cronificação de doenças. Aumenta a subnotificação de acidentes e doenças relacionados ao trabalho, que é aquela doença, que se ela tiver, é culpa dela, porque já assinou um termo de compromisso ou de responsabilidade dizendo que a culpa não é da empresa.

“Aumenta a subnotificação de acidentes e doenças relacionados ao trabalho, que é aquela doença, que se ela tiver, é culpa dela, porque já assinou um termo de compromisso ou de responsabilidade dizendo que a culpa não é da empresa”

O segundo aspecto a ser comentado é o trabalho intermitente. Nesse tipo de trabalho, você fica à disposição de um rol de empresas, um *pool* de empresas, e quando é chamado, é contratado por semanas, meses, horas etc. Então, você pode estar trabalhando hoje de manhã em uma empresa e à tarde em outra, legalmente, com carteira assinada – provavelmente a carteira verde e amarela que está sendo colocada agora. Esse tipo de contratação também gera insegurança, presenteísmo, cronificação, pois, se você for chamado para trabalhar e estiver doente, desempregado há meses, vai trabalhar doente. Há aumento da subnotificação de acidentes e doenças do trabalho, e esse ciclo da vida laboral tende a piorar bastante.

O terceiro ponto é sobre a mulher gestante/lactante em local insalubre. Se a mulher trabalha em lugar que é de insalubridade de grau máximo, está escrito que ela é automaticamente retirada do local em que trabalha. Só que, na prática, não é assim que acontece. O grau máximo depende da quantidade da substância X no ar, e é a empresa que faz essa medição. Então, o limite nunca chega ao máximo e você não é retirada do seu local de trabalho.

Nos graus médio e mínimo, o médico pode sugerir que você saia do trabalho, mas você não vai entregar os pontos, porque, se entregar, alguém vai entrar em seu lugar. E pode ser que você chegue depois da licença-maternidade e não tenha seu emprego garantido. Então, vai continuar trabalhando nas condições de insalubridade média e mínima.

E o estranho é que essas situações não deixam as pessoas indignadas. Não é indignante apenas para o trabalhador, mas para sociedade como um todo, que aceita algo desse tipo. Por que não conseguimos nos sensibilizar?

“E o estranho é que essas situações não deixam as pessoas indignadas”

No Brasil, nós temos um sistema de tutela de saúde do trabalhador, que se caracteriza pela gestão predatória das empresas, o que quer dizer: lucro acima de tudo. Isso é atual e vai piorar. E o Estado é conivente com isso, com a individualização e a culpabilização do trabalhador pelos acidentes e doenças e pelo ocultamento das condições de trabalho.

Na prática, a comunicação de acidente de trabalho, que deveria ser feita pelo empregador, não é feita, e quando outros fazem, como o sindicato, vale menos, é pouco reconhecido. Existem documentos autodeclaratórios que são, por lei, obrigatórios para as empresas, para que elas digam que estão em conformidade, e agora entra um outro papel, que é o eSocial.

No eSocial, eles pedem que o empregador assinale se há situações estressantes no trabalho, se há conflitos hierárquicos no trabalho, se há posições incômodas para o trabalhador, se ele tem sobrecarga no trabalho. Então, o empregador vai marcar isso declarando para quem? Para o eSocial. O eSocial é instrumento de quem? Da Fazenda, da Receita. Nunca mais veremos esses dados.

O empregador preencherá os dados pelo contador, é o contador quem vai preencher isso. Se vocês forem em cursos de eSocial, só tem contador. Então, digamos que um trabalhador tenha coragem, um dia, de entrar com uma ação judicial. Ele vai ser requisitado para o eSocial e o juiz vai chegar e dizer assim: “Minha cara ou meu caro, você realmente trabalhou em condições maravilhosas, porque aqui está a plataforma do eSocial que está dizendo isso”. Então, essa é uma plataforma que será ativada em 2019.

“E quem é o agente que esse sistema utiliza? O médico”

E, por fim, um elemento que é um agente muito importante em todo o sistema de tutela. O sistema de tutela faz com que o trabalhador seja invisibilizado, que seu acidente, sua doença seja invisibilizada. Quando o trabalhador vai para o INSS ou para a Justiça do Trabalho, seu adoecimento é descaracterizado. E quem é o agente que esse sistema utiliza? O médico.

Na empresa, o médico é quem determina as condições da pessoa de trabalhar ou não, se aquela doença é do trabalho ou não. E ele é contratado legalmente para isso, a empresa é obrigada a ter. Na perícia do INSS, é um médico perito quem define se o trabalhador tem direito a entrar no sistema do seguro social ou não, e a perícia do INSS seria totalmente desnecessária, porque, se as pessoas tivessem assistência à saúde, o próprio profissional de saúde do SUS poderia dizer: “Você está incapacitado ou não”.

“O médico pode ter uma visão restrita de adoecimento a partir de sua concepção de saúde e, muito provavelmente, vai considerar isso nas suas perícias”

Na área da justiça também é, geralmente, o médico quem faz a perícia. O médico pode ter uma visão restrita de adoecimento a partir de sua concepção de saúde e, muito provavelmente, vai considerar isso nas suas perícias. Em uma pesquisa que realizei, cerca de 50% dos casos que nitidamente são de doenças ocupacionais não são reconhecidas por esses peritos.

Então, a reforma trabalhista e a reforma da Previdência Social tendem a piorar. Nós estamos em uma situação difícil, mas não sem saída. Eu não sei que saída é essa, mas podemos construí-la juntos. 🙌

Fernanda Lou Sans Magano

Presidente do Sinpsi-sp – Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo. Vice-presidente da Fenapsi – Federação Nacional de Psicologia. Trabalhadora na área da saúde do sistema prisional paulista. Docente dos cursos de formação da Escola de Administração Penitenciária.

É importante iniciar a conversa dizendo que o Sistema Conselhos de Psicologia tem o cuidado de fazer eventos, atividades, congressos que preparam, inclusive, as pautas que a categoria quer para os próximos três anos de gestão. E ele faz isso atendendo a sua relação do cuidado com a sociedade, ou seja, de preparar bem a(o) psicóloga(o) para que ela(e) não cometa infrações éticas, que atenda bem a sociedade e, assim, cumpra seu compromisso social.

A entidade sindical tem uma relação direta com o cuidado do trabalhador e trabalhadora psicóloga(o), e essa é uma referência que também precisamos sinalizar. A profissão da(o) psicóloga(o), da forma como as relações são estabelecidas no cotidiano, inclusive a partir do Código Brasileiro de Ocupações, acaba considerando a(o) profissional como diferenciada(o), uma(um) profissional da saúde, e se descola da relação do trabalho, vai perdendo o sentido de ser classe trabalhadora, se isolando e sofrendo, e, a partir daí, há uma série de fragilidades.

Não estamos apelando para ter uma questão corporativista de categoria, mas fazendo uma leitura, que é essa do dever ético-político de enfrentar a precarização. E, para isso, é preciso reconhecer que precisamos nos colocar como classe trabalhadora, a fim de mudar o patamar das relações nessa lógica do mercado de trabalho. Então, é o compromisso do sindicato das psicólogas para o enfrentamento da precarização.

Essa é uma brincadeira de colocar “psicólogas”, porque o nome de registro é sindicato dos psicólogos, então, essa contradição persiste, e, como é de uma referência do Ministério do Traba-

lho, a gente precisa se apresentar assim, formalmente, mas sempre destaca “psicólogas”, pelos 98%, que é a referência da categoria. Dos quase 300 mil, 98% são mulheres.

Primeiro, vou nos apresentar: somos uma entidade de base estadual, filiada à CUT e à Fenapsi (Federação Nacional dos Psicólogos) e também relacionada à FETSS (Federação Estadual de Seguridade Social). Faço referência aqui à Maria Maeno, que falou do tripé da seguridade social: saúde, previdência e assistência.

A referência direta é que o vínculo de trabalho da(o) psicóloga(o) está, prioritariamente, nessa relação de seguridade. É claro que temos profissionais na educação, na docência, no sistema de justiça, mas essa relação de saúde, assistência e previdência tem um destaque importante.

Tem a referência da luta clássica de corte cooperativo, porque é um sindicato de categoria, então não é um sindicato geral, como o Sindsaúde ou como o sindicato do Sitraemfa, que agrega todos os profissionais da assistência social, mas quer tratar, e então, a gente tem se posicionado, ao longo de seus 45 anos de existência, como um espaço de discussão mais amplo sobre os interesses da sociedade, buscando a conquista de direitos para os trabalhadores e trabalhadoras.

Mas, nessa relação de buscar justiça social, a defesa das políticas públicas e o Estado entram na luta contra o preconceito, a discriminação, a violência e na defesa da dignidade humana. Esse corte classista passa pela consideração da classe trabalhadora e busca fazer as ações articuladas com a central, participar dos movimentos e fazer do sindicato um espaço para fóruns mais amplos.

“Nessa relação de buscar justiça social, a defesa das políticas públicas e o Estado entram na luta contra o preconceito, a discriminação, a violência e na defesa da dignidade humana”

Então, hoje, a gente reúne mensalmente, no sindicato, o Fórum Estadual dos Trabalhadores da Assistência Social, a Frente Estadual da Luta Antimanicomial, o Grupo Interinstitucional de Queixa Escolar, que faz a discussão da medicalização da vida e da sociedade, e o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente. São espaços plurais que vão fazer essa relação com as outras categorias e com as lutas que, acreditamos, são fundamentais na sociedade e onde o exercício profissional deve ser mais firmemente estabelecido. Não que as outras áreas não tenham importância, mas é preciso valorizar a condição de uma sociedade mais justa, mais digna, mais fraterna.

“O enfrentamento à precarização exige um conhecimento da conjuntura atual”

As ações do campo sindical entendem os fóruns da sociedade civil como ferramentas da sua atuação política. Então, construímos os trabalhadores e trabalhadoras da seguridade para pensar as políticas sociais, econômicas e também aquilo que é do corte sindical descrito mais claramente. Como as negociações coletivas, trabalhistas, a representação com a questão advocatícia, contábil, são questões também valorizadas no espaço sindical e as atividades precípuas de um sindicato, mas sempre pensando em uma condição de atuação ainda maior.

O enfrentamento à precarização exige um conhecimento da conjuntura atual. Houve um processo, que se estendeu de 2010 a 2013, sobre as catracas. Mas não era apenas uma catraca no caminho, o cenário era de crise mundial e estrutural, toda uma barbárie da vida social se estabelecendo, recessão, desemprego, os discursos de ajuste fiscal, diminuição dos direitos sociais, criminalização dos movimentos sociais. Ainda dentro do mandato de Dilma Rousseff, o arbítrio da lei foi usado contra nós.

A democracia está cada vez mais restrita e o Estado está cada vez mais blindado, em especial o Estado de São Paulo. A questão passa por uma lógica neoliberal e foi construída por um processo que se arrastou para construir uma configuração do golpe que veio em 2016.

“A democracia está cada vez mais restrita e o Estado está cada vez mais blindado”

Dentro dessa cronologia, os protestos de junho, terrorismo econômico, reação dos perdedores e uma desconstrução da Dilma Rousseff apontam para essa radicalização e essa oportunidade histórica que os liberais tiveram de formular o golpe com a história das pedaladas fiscais. E isso é um absurdo tamanho, na medida que, dos 26 governadores da época, pelo menos 24 haviam feito pedaladas fiscais e deveriam sofrer *impeachment*.

Esse processo liberal conservador faz ataques em todas as frentes. A reforma ministerial, o fim da Secretaria Especial de Mulheres, o fim da Secretaria Especial de Direitos Humanos, o ataque ao Estatuto da Criança e Adolescente, a volta à pauta da questão da redução da idade penal, todos os ataques à população LGBT etc. Esses ataques não são puramente à política, mas à vida das pessoas.

“Os direitos sindicais e trabalhistas foram rebaixados, a relação macroeconômica foi priorizada, a previdência está ameaçada, o SUS, O SUAS e a Educação estão sofrendo ataques diretos”

Além disso, a questão urbana foi atacada com o fim dos ministérios da cidade, a volta do trabalho escravo se colocando, a reforma liberal do Estado com a ameaça de privatizações, toda uma soberania nacional ameaçada pelas relações espúrias com os Estados Unidos. Os direitos sindicais e trabalhistas foram rebaixados, a relação macroeconômica foi priorizada, a previdência está ameaçada, o SUS, O SUAS e a Educação estão sofrendo ataques diretos.

No cenário do golpe, foi instituída a “PEC da Morte”, a Emenda Constitucional 95, que colocou os orçamentos da saúde, assistência e previdência para brigar entre si. Então, é uma apropriação do dinheiro público em benefício de uma minoria, porque é o discurso do ajuste fiscal, mas sabemos a serviço do que esse ajuste fiscal está: o desmonte das políticas públicas.

As políticas públicas, que abriram um vasto mercado de trabalho para psicólogas(os) e o exercício da Psicologia, estão ameaçadas nessas mudanças da realidade social. Esse regime fiscal é nocivo, porque congela em valores reais, ou seja, o orçamento não pode ultrapassar a inflação do ano anterior, e propõe congelamento por 20 anos.

“Pensar em como a Psicologia vai se colocar nesse mundo do trabalho é pensar essas condições, que ficam cada vez mais precarizadas com a intensificação do controle, a gestão pelo medo, as ameaças”

Dessa forma, pensar em como a Psicologia vai se colocar nesse mundo do trabalho é pensar essas condições, que ficam cada vez mais precarizadas com a intensificação do controle, a gestão pelo medo, as ameaças. E isso vai fazer toda uma fragilização da saúde física, mental e subjetiva dessas(es) trabalhadoras(es).

“A pessoa que vira uma empresa, então, é a pessoa jurídica, mas é a empresa de um homem só, de uma mulher só, e está implicado nisso o fim dos direitos conquistados”

As características de precarização e vulnerabilidade produzem a ausência de vínculos trabalhistas, e é um fenômeno que tem acontecido fortemente na Psicologia pela pejotização. A pessoa que vira uma empresa, então, é a pessoa jurídica, mas é a empresa de um homem só, de

uma mulher só, e está implicado nisso o fim dos direitos conquistados, porque não há descanso remunerado, nem férias remuneradas nem os benefícios todos colocados. Essa precarização passa pelas formas de contratação, pelas condições de vida e de trabalho, que ficam precarizadas, pelo fim de uma relação de trabalho constituída de fato e uma fragilização das instituições públicas.

“Essa situação nos coloca em vulnerabilidade, fragilidade, desproteção, debilidade, desfavorecimento e em uma condição de um trabalhador e de uma trabalhadora que têm que fazer o cuidado do outro, muitas vezes, necessitados do próprio cuidado”

A conotação de precarização vem para pensar que ela é da lógica de um substantivo feminino. Então, o quanto esse universo da precarização e as(os) psicólogas(os), toda essa relação, vai se fazendo por essa transferência das atividades, mas em uma relação que é exploratória e que vai produzir os assédios, as violências e os adoecimentos? Essa situação nos coloca em vulnerabilidade, fragilidade, desproteção, debilidade, desfavorecimento e em uma condição de um trabalhador e de uma trabalhadora que têm que fazer o cuidado do outro, muitas vezes, necessitados do próprio cuidado.

E como fazer o enfrentamento dessa precarização? Nós precisamos pensar formas e manejos de lidar com essa flexibilização, pensar a reorganização disso e enfrentar a perspectiva da meritocracia. Esse binômio da meritocracia, qualidade e produtividade do mérito individual precisa ser superado, porque é onde está o cerne da maior exploração das relações de trabalho.

É preciso pensar em como vemos o futuro do trabalho, como enfrentar essa deterioração e desestruturação colocada, pensar qual é a referência de fazermos o enfrentamento contra o bloco patronal, que tem ganhado de lavada, infelizmente, nessa relação. Existe um jogo de tensões em torno das reformas e é preciso que o trabalhador e a trabalhadora se reconheçam

como tal e façam um caminho de esclarecimento. É preciso esclarecer que o déficit da previdência é uma mentira, é uma falácia, que é uma relação de disputa colocada e gera uma importante regressão social.

“Existe um jogo de tensões em torno das reformas e é preciso que o trabalhador e a trabalhadora se reconheçam como tal e façam um caminho de esclarecimento”

O sistema de empregos é modificado e instaura-se o fim do Estado de bem-estar social que vinha da Era Vargas, da Consolidação das Leis Trabalhistas, por essa relação de exploração. Estamos em um momento de reconversão econômica e tecnológica: querem nos fazer voltar a ser agrários e não desenvolvimentistas. Mas não apenas isso: o discurso da família tradicional brasileira, a aversão ao político-ideológico e as políticas de ódio fazem parte de uma reconversão sociocultural.

Outro dia eu dizia: “Ai, que saudade dos anos 80!”, e a referência era à necessidade de voltar aos pensamentos de Karl Marx, da sociedade enquanto luta, e de Durkheim, da questão da coalizção e de uma sociedade supostamente harmônica. Mas harmônica em que condições? Na condição da exploração, e é isso que tenta se reafirmar agora com a gestão que está colocada para nosso futuro.

“É preciso pensar nos caminhos que existem para ampliar a negociação coletiva e tentar fazê-la por períodos mais longos”

Então, a gente tem aí a potencialização dos lucros e esse capitalismo contemporâneo pensando na mecanização, no trabalho multifuncional e em toda uma flexibilidade da produção. E, então a identidade social se perde, pois os mais jovens não têm caminhos, ao passo que os mais experientes são desvalorizados.

Nesse cenário, o movimento sindical enfrenta diversos desafios. É preciso pensar nos caminhos que existem para ampliar a negociação coletiva e tentar fazê-la por períodos mais longos, tal como os modelos das indústrias automobilísticas e dos metalúrgicos. Além disso, devemos evitar o retrocesso social dos direitos dos trabalhadores, fazendo a questão de prevalência do negociado sobre o legislado, que é o discurso que eles colocam. Os poderes do sindicato precisam ser restabelecidos, pois estão cada vez mais restritos por conta das homologações, das rescisões e da chamada assistência sindical, portanto, a questão dos benefícios sindicais como suposta saída.

Nós queremos luta, queremos organização. As questões dos benefícios fazem parte do pacote, mas eles não podem ser restringidos a acabar com a lógica do movimento sindical, que tem uma imensa importância histórica. O papel do sindicato tem que se aprofundar cada vez mais na relação dos locais de trabalho, fazer questão da representação desses trabalhadores e trabalhadoras, evitar o retrocesso social. E, mesmo com todas as dificuldades de arrecadação, precisamos fazer a relação com as(os) trabalhadoras(es) e a proteção da classe profissional, mas não em uma lógica minimalista, como está sendo colocado pelos governos.

São fundamentais a discussão e a defesa da questão da liberdade sindical e da negociação coletiva, a vedação do trabalho forçado, a defesa da dignidade da pessoa humana, a não discriminação, a prevalência dos direitos humanos e a questão dos direitos constitucionais mínimos, que têm que ser irredutíveis e preservar ainda o que é possível da nossa Constituição, que está sendo rasgada.

E como enfrentar essas dificuldades? É preciso ter caráter associativo, as pessoas precisam se interessar, se filiar, se aproximar, para que possamos superar essa lógica individualizada. As(Os) trabalhadoras(es) precisam pensar a sociedade e os problemas sindicais como um modelo mais complexo dessas relações de trabalho a ser enfrentado.

Ano que vem será ano de Conferência Nacional de Saúde e da Conferência Nacional de Assistência Social. Precisamos nos envolver nelas para fazer manifestos pela revogação da reforma trabalhista, pela não realização da reforma da previdência, pela eliminação do limite da lei de res-

“E como enfrentar essas dificuldades? É preciso ter caráter associativo, as pessoas precisam se interessar, se filiar, se aproximar, para que possamos superar essa lógica individualizada”

ponsabilidade fiscal, pensando em uma lei de responsabilidade social para que saúde, assistência, previdência e educação possam ter seus direitos garantidos. Além disso, precisamos reivindicar a questão dos impostos e das grandes fortunas, bem como a rejeição de todas as medidas contrárias de direitos das(os) trabalhadoras(es).

Então, juntos somos mais fortes, ninguém larga a mão de ninguém. Ânimo, companheiros, porque a vida está pedindo mais. Que a gente possa ter força para enfrentar o que vem pela frente, porque não será fácil. 🙌

Referências

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 13.ed. São Paulo: Nacional, 1987.

MARX, K. **O capital**. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 2.

Renata Paparelli

Em primeiro lugar, vou parabenizar a mesa e dizer que eu fiz uma coletânea de coisas que foram ditas nesse sentido ao longo do dia, nessa direção do enfrentamento, que acho que é uma das grandes pautas hoje. Então, disputar narrativa, traduzir nas relações a dimensão do afeto, não soltar a mão, pensar estratégias criativas, que foram utilizadas no “vira voto”.

Nós estamos em busca dessa construção e isso já revela uma força inenarrável da nossa parte, porque o que está acontecendo é de abater qualquer um. Mas temos que ser igual massa de pão, que quanto mais se bate, mais cresce. Devemos ocupar e aproveitar todos os espaços de liberdade do jeito mais potente que a gente conseguir e seguir pensando em como se organizar para enfrentar essa realidade toda, que acho que está bem claro que é bem complexa.

Maria Maeno

Eu vou aproveitar para falar algo em que tinha pensado. Primeiro, hoje, todo movimento sindical tem falado muito que nós temos que voltar a fazer trabalho de base, mas as pessoas não falam exatamente o que é esse trabalho de base. Porque se nós formos pensar nos metalúrgicos, que são as categorias tradicionais, ou no bancários, hoje há uma dicotomia, um distanciamento de pensamento.

A direção sindical pensa de uma maneira e a categoria pensa de outra. A categoria pensa que este governo vai dar certo porque colocou os corruptos na cadeia, então, agora nós vamos realmente melhorar – Brasil pra frente. E muitas categorias de trabalhadores estão pensando assim.

Não estou dizendo a maioria, porque eu nunca fiz essa enquete, mas existe essa dicotomia constatada pelo movimento sindical.

E o que é que se pode fazer? Não é campanha, que campanha é de vez em quando, campanha é aquele momento de pico. Eu acho que devemos fazer uma atividade constante, permanente, o tempo todo. Nós não estamos acostumados a exercer nosso direito de cidadania, que quer dizer participar de tudo, não só das eleições. Nós não estamos acostumados... falamos de eleição, democracia, discriminação, mas votamos e nunca mais pensamos nisso. Esquecemos dos parlamentares, nem lembramos em quem votamos. E eu acho que a gente tem que fazer uma coisa diferente, que precisamos estar disponíveis para conversar com as pessoas aonde formos.

Nós estamos fazendo uma atividade aos domingos na Avenida Paulista, quando ela fecha, das 14 às 18 horas, e a ideia é a seguinte: pergunte sobre o SUS e a Previdência Social. Muitas pessoas perguntam sobre Previdência Social. Vai lá um casal de velhinhos e falamos assim: “A senhora sabe que tem direito à pensão, o senhor tem direito à pensão, caso um dos dois faleça.”, que é uma preocupação que, muitas vezes, eles têm de deixar alguma coisa para o outro.

Então, você vai fazendo um trabalho não com a sua categoria apenas, mas também vai contagiando a família dessa categoria, esses trabalhadores, em todas as suas dimensões, nas dimensões de lazer, por exemplo. Não que a gente queira estragar o lazer deles falando da gravidade do problema, mas, se eles quiserem buscar, se eles vierem buscar informação, eu acho que nós temos que ter essas referências para conversar com as pessoas.

Todos nós, profissionais de saúde, sabemos que mais de 99% das pessoas que estão nesses lugares não têm informação, porque elas não se inteiraram da realidade. Em geral, elas se informam pela mídia tradicional, porque o Whatsapp só traz bobagem. E bobagem não no sentido só de *fake news*, mas de bobagem mesmo: gente caindo, rolando... todo mundo se diverte, é um divertimento abrutalhado.

Temos, portanto, que fazer um trabalho permanente. Nós temos *blogs* – a mídia sindical é poderosíssima, tem uma capilaridade enorme no país inteiro. Eu acredito que temos condições de fazer isso, de fazer com que chegue a cada pessoa por meio disso, usar as linguagens diversas que a Renata levantou, mas devemos fazer de verdade, porque, muitas vezes, dizemos isso, mas não fazemos.

Eu acho que a gente tem que inventar, fazer coisas que lembrem a luta pela seguridade social, pela segurança, por um país inclusivo sem discriminação. Nós temos que ter essa marca, e isso é um desafio para o movimento sindical e para os conselhos. E devo dizer que fico muito contente que o Conselho Regional de Psicologia faça discussões desse tipo, porque no Conselho Regional de Medicina houve uma disputa recentemente e ganhou a pior chapa: a do MBL.

Só para vocês terem uma ideia, o Conselho Federal de Medicina publicou uma resolução permitindo ao médico do trabalho abrir sigilo nos casos de defesa da empresa contra o nexo técnico epidemiológico, que é aquela coisa da previdência. Então, para defender a empresa, os médicos do trabalho poderão abrir o prontuário do paciente, o que, vocês sabem, pois são psicólogos(os), é uma coisa gravíssima, porque nem em caso de morte a gente poderia fazer isso.

O Ministério Público do Trabalho já foi, já intimou o Conselho Federal de Medicina a rever isso, e ele se nega. Quer dizer, não é uma coisa fortuita; ele se nega e com respaldo de empresas e todo esse arcabouço do sistema que a gente tem, e vai correr uma ação civil pública contra eles. Para vocês verem o nível em que nós estamos – basta ver os xingamentos aos médicos cubanos. A categoria médica tem que ser modificada de fora para dentro, porque de dentro para fora não modifica nada, não adianta. Então, era isso que eu queria complementar na minha fala.

Fernanda Magano

Bom, eu acho que é superimportante estar neste espaço pensando em questões específicas da

categoria. Eu fiz a volta de pensar o macro, mas voltando para o micro. Quando você falava isso, eu me lembrei, Maria, de que fizemos toda uma luta com o Berzoini para a questão do INSS, aquele projeto de lei que era bellissimo, que saía da figura da perícia médica para uma perícia multiprofissional, na relação direta da Associação dos Médicos Peritos. Eles foram lá e afundaram o projeto de lei.

Então, passa por uma lógica de reserva de mercado, mas que é baseada em uma relação perversa de não valorização da vida humana e não cuidado com a saúde do trabalhador, e essas situações vão criando tensões entre as categorias profissionais. Há 10 dias, tivemos um impasse na eleição do Conselho Nacional de Saúde, e na discussão entre os trabalhadores a única entidade médica que estava lá era a Federação Médica Brasileira.

E eu penso que SUS é saúde coletiva, tem que ter todo mundo, inclusive médicos. Então, quando foi feita a votação entre os trabalhadores, eu votei na Federação Médica para a condição de suplente, porque achava que tinha lá toda uma relação estabelecida de frequência, de presença, de ajudar a construir a luta coletiva, de pensar o projeto para o SUS de um plano de carreira que fosse multiprofissional e não só a carreira médica, como muitas vezes eles passam a defender até na relação direta com o Legislativo.

Em um segundo momento, criaram uma lógica de chantagem para tentar se garantir em uma titularidade, fazendo essa relação de prevalência de uma categoria sobre a outra. E aí, pensando nessa lógica, já que estamos pensando estratégias, a ideia é estar juntos mesmo, pois um não é melhor que o outro. É preciso conversar com as categorias profissionais da saúde e da assistência social para fazer ações em que a gente pense no coletivo, no bem comum da sociedade e na população atendida.

Então, quando você trouxe esse exemplo e essa notícia da resolução do CFM, que eu desconhecia, que é uma excrescência, mas me fez lembrar dessas situações e do quanto precisamos avançar. Esse é um elemento polêmico, e teremos tensões na própria categoria das(os) psicólogas(os), porque teremos eleições no ano que vem e uma parcela da categoria só quer se defender, pensando só nos próprios interesses. E a gente precisa fazer essa reflexão: a serviço de quem estamos? E como é que vamos cuidar da sociedade de um jeito justo, humanitário, valorizando os direitos humanos sem abrir mão dos princípios que construímos até aqui, das resolu-

ções que temos e de todos os enfrentamentos midiáticos pelos quais a gente está passando nesse momento?

Nós precisamos nos manter firmes, constantes, não negando toda a história que construímos, com a cautela devida para os enfrentamentos próximos, mas sem abrir mão de princípios, para garantir um trabalho em que a gente seja reconhecido dentro das normativas que estão estabelecidas para o nosso exercício profissional.

No cenário que temos para 2019, muitas empresas vão tentar violar os direitos trabalhistas, incentivando que as(os) psicólogas(os) o façam, sejam instrumentos para essas falcatruas, perversões. Precisamos ter ciência, consciência e clareza de que não devemos nos submeter a essas coisas e buscar as entidades para seu respaldo, seu apoio para o enfrentamento necessário. Virão assédios e processos de demissão, mas não podemos jogar com a dignidade, nem a nossa própria, nem com a de outrem.

Pessoa da plateia (Raquel)

Fernanda, você comentou sobre a “defesa de políticas públicas”. Eu queria que você desenvolvesse um pouco mais o assunto em relação às redes: como a gente pode, de repente, pensar em uma comunicação direcionada à comunidade, a quem não faz parte do público da Psicologia nem está relacionado à saúde pública. À comunidade mesmo. Como eles podem ter acesso a informações um pouco mais claras?

Renata Paparelli

Nós temos um cenário que indica que, infelizmente, os níveis de adoecimento relacionados ao trabalho vão bombar, que esse cenário de precarização, de regulamentação dos bicos, de precarização deve produzir novos padrões de desgaste da saúde. No campo da Psicologia, existe a Psicologia tradicional hegemônica, que nem sempre considera o trabalho uma dimensão importante na produção do sofrimento psicológico.

Eu estou reivindicando que possamos pensar sobre a inclusão no Sistema Conselhos da discussão sobre saúde do trabalhador, saúde mental e trabalho, perícia judicial, além de várias temáticas que foram discutidas aqui, porque o campo do trabalho que tem maior assento histórico na Psicologia é o campo da Psicologia organizacional, que entra em rota de colisão com o que estamos discutindo hoje.

Então, nós temos uma questão: somos poucos, mas como podemos fazer valer essa discussão como pauta dentro do Sistema Conselhos? Já que vários atores sociais buscam a Psicologia, muitas vezes, sem resposta, com a questão do sofrimento, como enfrentar isso, como entender isso? A(O) psicóloga(o), na perspectiva tradicional e hegemônica, só responde, “A família, a mãe, o pai, a figura paterna, a figura materna”, enfim, aquele desenvolvimento praticamente endógeno das pessoas que certas psicologias promovem aí. Então, é mais uma provocação para construirmos teses que apontem caminhos.

Fernanda Magano

Raquel, o que você falou é fundamental. Nós temos avançado nos espaços mais amplos, como a luta antimanicomial, porque estabelecemos diálogo com os usuários, com os familiares e com os trabalhadores. Na frente dos trabalhadores da assistência, dialogamos com musicoterapeutas, com terapeutas ocupacionais, então, ampliamos esse leque e, ao mesmo tempo, temos uma relação de parceria. Enquanto Fórum Nacional e Estadual dos Trabalhadores da Assistência Social, ajudamos a fundar um Fórum Nacional de Usuários da Assistência Social para que essa relação seja também de empoderamento desses usuários da rede de assistência.

Nós acompanhamos um debate sobre a questão do enfrentamento do racismo, do racismo institucional. Então, fizemos, dentro do sindicato, um coletivo que pensa a questão das(os) psicólogas(os) negras(os) e quais as relações que essas pessoas enfrentam no seu cotidiano e suas dificuldades pessoais, mas também sobre toda uma relação do atendimento a pessoas na sociedade e sobre o racismo sendo negado.

A importância de o profissional se conscientizar dessa relação passa pelas redes de proteção e resistência, em que alguns grupos têm feito o debate sobre os tribunais de exceção, as relações de genocídio na periferia, de genocídio da população negra, para apontar e estabelecer esse diálogo que você perguntou se acontece. Eu acho que ele acontece ainda em pequena medida, é pouquíssimo perto do tanto que precisa ser feito.

No outro lado, temos o jeito de fazer a Psicologia, que vira elitizado, que são os atendimentos em consultórios. Mas há a tentativa de romper com esse elitismo, com os atendimentos, por exemplo, da psicanálise na praça pública,

que são os grupos que têm ido atender na Praça Roosevelt, só que acabam pegando o recorte de pessoas que teriam, de algum jeito, acesso aos atendimentos.

Nós precisamos avançar muito para chegar mais às periferias, fazer um diálogo mais franco e ajudar a compreensão de todo esse processo, porque, na periferia, o discurso da meritocracia está presente, principalmente no discurso das igrejas evangélicas. Precisamos fazer apontamentos em que a gente traga laicidade para as políticas públicas.

E precisamos falar sobre o que estamos enfrentando na política de saúde mental com a nova política de manicômio e eletrochoque retornando. Nós vamos protestar para ouvir o que eles vão dizer e, depois, criar subsídio para fazer o enfrentamento, mas há rios de dinheiro indo para a comunidade terapêutica.

A comunidade terapêutica é a volta dos manicômios ou a legitimação desses manicômios que já existem há 50 anos no Brasil, escondidinhos nos rincões, dizendo que isso é método de tratamento. Então, precisamos escancarar essas coisas e avançar mais. E eu acho que é isso, Renata: precisamos fazer o contraponto do tradicional da psicologia organizacional do trabalho com uma psicologia crítica do trabalho. É preciso trazer elementos que avancem nessa direção de pensar as relações de trabalho de uma maneira crítica, enfrentando os assédios e as violências e dando as condições de saúde mental no trabalho.

Maria Maeno

A Eliana Pintor, que é psicóloga, me mandou uma mensagem dizendo que saiu na BBC uma experiência no Zimbábue mostrando que as pessoas tinham depressão porque enfrentavam muitas guerras civis. Então, por causa da precariedade da vida, as pessoas apresentavam esse quadro. Bom, não havia psiquiatras – há pouquíssimos psiquiatras no país –, pelo que a matéria disse. Só fala de psiquiatra, não fala nem de psicóloga(o) – talvez nem tenha.

Eu não conheço o Zimbábue, mas a matéria fala que um psiquiatra começou a pensar em como poderia fazer para ajudar e começou a mobilizar as avós. Então, as avós, que eram conselheiras nos diferentes locais, começaram a atuar como agentes de promoção de saúde daquelas pessoas, dos jovens que queriam se matar etc.

E aí o que eles fizeram depois? Para dar uma cara científica, “Bom, isso aqui não é experimentalismo, não é feitiçaria, nem nada”, pegaram um grupo de depressivos aqui, outro grupo de depressivos ali e compararam aqueles que tinham a atenção dessas avós e os que não tinham. Eles verificaram que, depois de um certo tempo, as pessoas depressivas que estavam sob os cuidados das avós melhoravam muito.

Essa situação não quer dizer nada mais que o resgate da solidariedade, de poder contar com alguém. Então, voltando ao que a Fernanda diz sobre o trabalho na Praça Roosevelt e ao que a Raquel pergunta sobre como colocar nas periferias, acredito que pode ser feita uma ação conjunta com pessoas da comunidade. E isso me parece muito interessante, porque essas pessoas vão ver o valor, inclusive, da(o) psicóloga(o) do consultório como um grande mistério. Nada do que nós fazemos pode ser misterioso, tem que ter sentido para as pessoas.

O saber médico também é guardado a sete chaves, porque isso significa poder, mas o que o médico faz – é claro que tem coisas tecnológicas que são muito específicas –, na sua grande maioria, é simplesmente compartilhar o saber básico do ser humano, que deveria ser isso.

Nenhuma prática pode ser misteriosa para o usuário, para quem vai se beneficiar dessa prática. Nós devemos compartilhar e estimular a solidariedade, nós temos que ser solidários etempore. É trabalho o tempo todo, é militância o tempo todo. E não descuidem, por favor, do conselho e do sindicato. 🌱



Realização:



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP